

Anais do III Congresso Nacional Interprofissional de Saúde da Mulher

III EDIÇÃO

ORGANIZADORES

Flávia Lima de Carvalho
Ailanda Monique Alves Barbosa
Rayliane Bezerra Costa Paz
Mylena Vitória Silva de Paula
Alan José da Silva
Marianna Silva de Sousa

ANAIS DO III CONGRESSO NACIONAL INTERPROFISSIONAL DE SAÚDE DA MULHER



Copyright © Editora Humanize
Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei 5.988/73 e Lei 9.61/98)

Comissão Organizadora

Elaynne Cristina Costa Rezende Juliana Isaura Campos Sales Joelma Mendonça Paulo

Diagramação e Editoração

Naiara Paula Ferreira Oliveira

Editora-Chefe

Larissa Rosso Dutra

Corpo Editorial

Isabelle Eunice de Albuquerque Maria Karoline de Moura Lobo Najla Gergi Krouchane Sannya Paes Landim Brito Alves

Publicação

Editora Humanize

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (Editora Humanize, BA, Salvador)

T315c CO20349 III Congresso Nacional Interprofissional de Saúde da Mulher (17:2025: online)

Anais do III Congresso Nacional Interprofissional de Saúde da Mulher [livro eletrônico] / (organizadores) Flávia Lima de Carvalho, Ailanda Monique Alves Barbosa, Rayliane Bezerra Costa Paz, Mylena Vitória Silva de Paula, Alan José da Silva, Marianna Silva de Sousa.

- - 3. ed. - - Salvador, BA : Editora Humanize, 2025 PDF

Vários autores

Modo de acesso: Internet ISBN: 978-65-5255-130-6

1. Nacional 2. Interprofissional 3. Saúde 4. Mulher 5. Congresso

I. Título

Índice para catálogo sistemático

1. Interprofissional042. Inovação213. Saúde da Mulher24





CRONOGRAMA

	1º DIA – 17 de Setembro 2025				
Horário	Atividade	Palestrante	Título		
09:10	Palestra	Mariana Ingrid da Conceição Almeida Silva	Impactos Sociais E De Saúde Do Climaterio: A Importancia Da Abordagem Multiprofissional.		
11:00	Palestra	Danielle Galdino de Souza	Uso De Probioticos Na Candidiase Vulvovaginal.		
14:00	Minicurso	Aline dos Santos Morais Misirli	Florais 5.0 Na Menopausa Esquilibrio Emocional Feminino.		
15:00	Minicurso	Emily Dávila	Sop- Papel Da Alimentação No Manejo Dos Sintomas.		
16:00	Estudo de Caso	Marília Passos Barroso	Processo Reprodutivo Da Mulher, Quanto Ao Processo De Parto E Pós Parto.		
17:00	Minicurso	Ana Karoline de Oliveira Santos	Dor Que Cala, Cuidado Que Fala: Abordagem Integral Da Endometriose.		
	2º DIA – 18 de Setembro 2025				
Horário	Atividade	Palestrante	Título		
10:00	Minicurso	Thaynara Jiullyane Tomaz da Silva	Primeiros Socorros Materno Infantil: Da Barriga Ao Colinho. Mulher Esteja Pronta Para Agir.		
15:00	Palestra	Rayanne Laira Macena do Nascimento, Thairany Keithy Santos Soares	Cuidados Importantes Com A Saúde Intima E Sexual.		
16:00	Palestra	Natália Vasconcelos	Relação Do Inestino Com Disturbios Ginecológicos - Como A Nutrição Pode Ajudar?		
17:00	Roda de Conversa	Daniele Matos de Moura Brasil	Função Sexual Feminina Nas Diferentes Fases Do Ciclo Vital: A Contrução De Um Novo Cuidado.		
		3º DIA - 19 de S	Setembro 2025		
Horário	Atividade	Palestrante	Título		
14:00	Palestra	Nayra Karoline Neco da Silva Magalhães	Nasce Um Bebe Nasce Uma Rede De Cuidado: Integração Multiprofissional Na Saude Da Mulher.		
15:00	Palestra	Alex Alexandre	Ultrassom Obstetrico: Da Primeira Imagem Á Pratica Moderna - Uma Jornada Historica E Cientifica.		
16:00	Palestra	Carleane da Mota Abreu	O Impacto Da Saude Mental No Ciclo Gravidico Puerperal.		
17:00	Palestra	Jéssica Rita Sousa Da Costa	Saúde Da Mulher E A Escolha Conciente Do Metodo Contraceptivo.		





APRESENTAÇÃO

É com grande honra e satisfação que apresentamos os Anais do III Congresso Nacional Interprofissional de Saúde da Mulher – CONAINSM, cujo tema central "Cuidado que Conecta: Integrando Saberes para a Saúde Integral da Mulher" reflete a essência do compromisso que orienta as práticas contemporâneas em saúde — o de reconhecer a mulher em sua totalidade, complexidade e singularidade, articulando diferentes saberes e perspectivas para a promoção de uma atenção verdadeiramente integral.

Durante o evento, debates, palestras e apresentações científicas destacaram o papel das inovações, da interdisciplinaridade e da humanização como pilares fundamentais para o avanço da saúde da mulher. Foram abordados temas que atravessam o cotidiano da prática profissional — desde os aspectos clínicos e preventivos até os determinantes sociais, culturais e emocionais que influenciam o bem-estar feminino.

Os trabalhos reunidos neste livro refletem a diversidade e a riqueza das contribuições apresentadas, expressando o compromisso com uma formação crítica, ética e sensível às múltiplas dimensões que envolvem o cuidado. Cada produção aqui registrada representa um passo na construção de uma assistência que ultrapassa fronteiras disciplinares e reconhece o cuidado como ato de conexão, empatia e transformação.

A publicação destes anais reafirma o propósito do CONAINSM de inspirar práticas inovadoras e integradoras, sustentadas pelo diálogo entre ciência, sensibilidade e compromisso social. Que as reflexões e evidências aqui reunidas fortaleçam a trajetória de todos aqueles que dedicam seu trabalho e sua pesquisa à promoção da saúde integral da mulher, em todas as suas expressões.





SUMÁRIO

1.	ACONSELHAMENTO NO PRÉ-NATAL E SEUS REFLEXOS NA ADESÃO À AMAMENTAÇÃO7
2.	COBERTURA DO EXAME PREVENTIVO DO COLO DO ÚTERO EM MUNICÍPIO RIBEIRINHO AMAZÔNICO COM POPULAÇÃO TRADICIONAL (2021–2024)
3.	CONTRACEPÇÃO DE LONGA DURAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA A REDUÇÃO DE GESTAÇÕES NÃO PLANEJADAS
4.	ENDOMETRIOSE COMO CONDIÇÃO CRÔNICA DE IMPACTO MULTIDISCIPLINAR NA MULHER12
5.	IMPACTO DA ANSIEDADE PERINATAL NA SAÚDE MATERNA E NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL
6.	IMPACTO DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO NA QUALIDADE DO VÍNCULO MÃE-BEBÊ15
7.	IMPACTO DA VACINAÇÃO CONTRA HPV NA INCIDÊNCIA DE LESÕES PRECURSORAS DO CÂNCER CERVICAL17
8.	INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EMERGENTES EM MULHERES JOVENS
9.	MORTALIDADE MATERNA ASSOCIADA À HIPERTENSÃO GESTACIONAL NO BRASIL21
10.	MORTALIDADE MATERNA POR CAUSAS EVITÁVEIS NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS23
11.	O PAPEL DO PSICÓLOGO NA SAÚDE MENTAL PERINATAL25
12.	O PROTAGONISMO DO ENFERMEIRO NOS CUIDADOS PALIATIVOS EM ONCOLOGIA PEDIÁTRICA INTERFACES DO CUIDADO E DA HUMANIZAÇÃO27
13.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO POR DOENÇAS OSTEOMUSCULARES E DO TECIDO CONJUNTIVO EM MULHERES ACIMA DOS 50 ANOS NO BRASIL (2019-2024)29
14.	SÍNDROME DOS OVÁRIOS POLICÍSTICOS (SOP) E RISCO CARDIOVASCULAR EM MULHERES JOVENS
15.	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O SEU IMPACTO NA ADESÃO AO PRÉ-NATAL
16.	VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: PERCEPÇÃO DAS GESTANTES E PROFISSIONAIS DE SAÚDE35
17.	ESTRATÉGIAS NÃO FARMACOLÓGICAS PARA A SAÚDE MENTAL NO CLIMATÉRIO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA
18.	IMPACTO DO ACONSELHAMENTO PRÉ-NATAL SOBRE AMAMENTAÇÃO NA PREVENÇÃO DO



ACONSELHAMENTO NO PRÉ-NATAL E SEUS REFLEXOS NA ADESÃO À AMAMENTAÇÃO

Eixo: Saúde Materna e Perinatal

Júlia Navarro Rada Bordes

(Graduanda em Medicina pela Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA, Marília – SP)

Luana Santos Rangel

(Graduanda em Medicina pela Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA, Marília – SP)

Manuella Knuppel de Castro Schiavinato

(Graduanda em Medicina pela Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA, Marília – SP)

Isabelle Leping Trindade

(Graduanda em Enfermagem pela Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA, Marília – SP)

Maria Joana Ferreira Mendes Simionato

(Graduanda em Enfermagem pela Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA, Marília – SP)

Aline Fernanda Palombarini Santiloni

(Doutora e docente do curso de graduação de Enfermagem pela Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA, Marília – SP)

Bruna Maria Malagoli Rocha Santos

(Doutora e docente do curso de graduação de Enfermagem pela Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA, Marília - SP)

Introdução: A educação em Saúde é uma prática relevante para a gestante durante a consulta de pré-natal, o que contribui para o momento do parto, puerpério e lactação. Nesse contexto, de acompanhamento na Atenção Primária à Saúde (APS), os profissionais de saúde, tanto médicos como enfermeiros podem fornecem estímulo e orientações sobre amamentação, visando promover a confiança e segurança necessárias que seja bem-sucedida. Dessa forma, quanto maior a confiança dessa mulher no ato de amamentar nos primeiros três meses pós-parto, maior será a durabilidade da amamentação para seus filhos. Objetivo: Identificar na literatura impactos das orientações recebidas no pré-natal sobre a adesão à amamentação. Materiais e métodos: Revisão Integrativa de Literatura, com abordagem descritiva e qualitativa. Elaborada a questão norteadora "De que modo o aconselhamento em saúde na prática de médicos e enfermeiros contribui para a promoção do aleitamento materno?" Estabeleceu-se como critérios de inclusão: artigos relacionados ao tema, dos últimos 10 (dez) anos para contemplar os dados mais recentes, em português, inglês e espanhol, nas bases de Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrievel System Online (MEDLINE), Scientific Electronic Library Online (SciElo) e Web of Science, por meio dos descritores da saúde: "Aleitamento Materno", "Amamenta"; "Educação em Saúde" e "Pessoal de Saúde". Excluído os artigos de revisão de literatura, livros, dissertações e teses. Resultados e discussão: Encontrados 1562 artigos, sendo que após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, selecionou-se 6 artigos para esta revisão. Com base na análise realizada como proposta de intervir nas taxas de aleitamento materno nas unidades de saúde, evidenciou-se que houve maior frequência de educação em saúde durante a realização da puericultura. No entanto, fica evidente a fragilidade no que concerne às orientações dos profissionais de saúde sobre o aleitamento materno exclusivo, repassadas às mulheres durante o pré-natal, as quais estão relacionadas principalmente a abordagens biomédicas, fortemente focadas na transmissão e reprodução de informações. Assim, dentre as estratégias, a realização de grupos de gestantes é a que obteve resultados satisfatórios, por possibilitar o compartilhamento de experiências e reflexão entre as mulheres. Destacam-se, entre estas, as estratégias educacionais, mostrando a relevância da educação em saúde feita por um profissional qualificado, pois a educação em saúde é ferramenta eficaz para a promoção do AME, se realizado por profissional de saúde que tenha conhecimento contribuindo para integrar os benefícios acerca do binômio mãe-bebê. Além disso, o profissional de saúde deve repensar suas ações e a maneira como interage com essa mulher, colaborando para o enfrentamento e superação dos obstáculos, estabelecendo vínculos em cada encontro e levando em consideração a sua autonomia no ato de amamentar. Considerações Finais: O aconselhamento sobre a amamentação durante o pré-natal pelos profissionais de saúde, quando feito de modo claro e objetivo, evidencia impactos positivos, favorecendo a manutenção do aleitamento materno exclusivo, visto que promove segurança e encoraja as gestantes durante todo o período perinatal.

Palavras-chave: "Aleitamento Materno"; "Amamenta"; "Educação em Saúde"; "Pessoal de Saúde"

Referências:

BAGGIO, M. A.; SANTOS, K. de J.; WERLANG, A.; RIBEIRO, C. F. S.; SCHAPKO, T. R.; PIMENTA, R. A. Educação em saúde no pré-natal: perspectiva de puérperas e de profissionais de saúde. Revista Enfermagem Atual In Derme, [S. I.], v. 97, n. 4, p. e023219, 2023.



BARBOSA, D. J.; ZARDO, C. G.; RANGEL, C. B. F. Fatores que interferem no aleitamento materno: implicações para enfermagem. Revista Vassouras, v. 11, n. 2, p. 129-140, 2020.

MACHADO, P. Y.; SILVEIRA-MONTEIRO, C. A.; FONSECA, N. D. S. M.; GOMES-SPONHOLZ, F. A.; RIBEIRO, P. M.; CALHEIROS, C. A. P.; FREITAS, P. S. Orientações sobre amamentação para gestantes do pré-natal na atenção primária à saúde. Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, Umuarama, v. 27, n. 7, p. 3862-3879, 2023.

SOARES, C. S.; SANTOS, N. O.; DIAZ, C. M. G.; PEREIRA, S. B.; BÃR, K. A.; BACKES, D. S. Consulta de enfermagem no pré-natal na perspectiva de puérperas: estudo exploratório-descritivo. Online Brasilian Journal of Nursing, Rio de Janeiro, v. 20, p. e20216518, 2021.



COBERTURA DO EXAME PREVENTIVO DO COLO DO ÚTERO EM MUNICÍPIO RIBEIRINHO AMAZÔNICO COM POPULAÇÃO TRADICIONAL (2021–2024)

Eixo: Prevenção e Tratamento de Cânceres Femininos

Lucas Alves de Araújo

Graduando em Medicina pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Altamira - PA
Emmely Vitória Lopes Rodrigues de Araújo

Graduanda em Medicina pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Altamira - PA

Rosiane Luz Cavalcante

Dra. pelo Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará - UFPA, Altamira - PA

Maria da Conceição Nascimento Pinheiro

Dra. pelo Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará - UFPA, Belém - PA

Introdução: O exame citopatológico do colo do útero (PCCU) é a principal estratégia para o rastreamento do câncer do colo uterino, doença prevenível e curável quando diagnosticada precocemente. O Ministério da Saúde recomenda a realização do exame em mulheres de 25 a 64 anos, sexualmente ativas, com meta anual de cobertura de 33% dessa população-alvo. Abaetetuba, município do estado do Pará, destaca-se por possuir, segundo o IBGE, a maior população quilombola do Brasil, além de comunidades ribeirinhas e de difícil acesso. Para atender essas populações, o município dispõe de uma Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF), que realiza viagens mensais pelos rios da região, oferecendo atendimento médico, odontológico e de enfermagem, incluindo a coleta do PCCU e a entrega dos resultados diretamente nas comunidades. Objetivo Analisar a cobertura do exame preventivo do colo do útero no município de Abaetetuba (PA) entre 2021 e 2024, considerando variáveis demográficas, motivo do exame e a meta preconizada pelo Ministério da Saúde, Metodologia: Estudo observacional, descritivo e retrospectivo, baseado em dados secundários do Sistema de Informação do Câncer (SISCAN) via DATASUS, referentes ao número de exames realizados em mulheres residentes no município de Abaetetuba no período de janeiro de 2021 a dezembro de 2024. As informações populacionais da faixa etária preconizada (25 a 64 anos) foram obtidas no DATASUS/IBGE. Foram calculadas coberturas anuais e analisadas as distribuições por raça/cor, faixa etária e motivo de realização do exame. Resultados: Entre 2021 e 2024, foram realizados 16.483 exames de PCCU, com aumento progressivo anual: 2021 (2.702), 2022 (3.411), 2023 (4.553) e 2024 (5.817). Na população de 25 a 64 anos, a cobertura foi de 5,34% (2021), 6,67% (2022), 8,87% (2023) e 11,27% (2024), valores muito abaixo da meta anual de 33%. Quanto à raça/cor, a maioria dos exames foi registrada como amarela (12.394; 75,2%), seguida de branca (2.135; 12,9%), parda (1.309; 7,9%), preta (603; 3,7%) e sem informação (42; 0,3%). A maior concentração foi entre mulheres de 25 a 44 anos, representando 50,6% do total. O motivo principal foi rastreamento (16.417; 99,6%), seguido de repetição por alterações citológicas (21; 0,1%) e seguimento (45; 0,3%). Observou-se aumento absoluto do número de exames a cada ano, embora a cobertura ainda seja insuficiente. Conclusão: Apesar do incremento anual no número de coletas, o município de Abaetetuba não atingiu a meta de cobertura preconizada pelo Ministério da Saúde durante o período estudado. A presença da UBS Fluvial representa um diferencial importante; porém, os resultados sugerem a necessidade de estratégias adicionais para ampliar o acesso e a adesão ao exame. Entre as medidas possíveis, destacamse: a intensificação das ações de busca ativa nas comunidades ribeirinhas e quilombolas, a ampliação dos dias e horários de coleta nas unidades fixas e itinerantes, a capacitação de agentes comunitários para a mobilização das mulheres e o fortalecimento de campanhas educativas sobre a importância do preventivo. A implementação dessas ações pode contribuir significativamente para o aumento da cobertura e, consequentemente, para a redução da incidência e da mortalidade por câncer do colo do útero no município. Palavras-chave: Câncer do Colo do Útero; Cobertura de Serviços de Saúde; Unidade Básica de Saúde.

Referências:

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). Câncer do colo do útero. In: Assuntos: Câncer → Tipos de câncer. Brasília; Ministério da Saúde; s.d.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero. Rio de Janeiro; Ministério da Saúde; 2011. 104 p. (Coordenação Geral de Ações Estratégicas; Divisão de Apoio à Rede de Atenção Oncológica). ISBN 978-85-7318-184-5.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (Brasil). Controle do câncer do colo do útero no Brasil: dados e números. 22 nov. 2022.

UNICEF (Brasil). É preciso uma UBS Fluvial inteira para vacinar um ribeirinho. 14 abr. 2023.



CONTRACEPÇÃO DE LONGA DURAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA A REDUÇÃO DE GESTAÇÕES NÃO PLANEJADAS

Eixo: Saúde Reprodutiva e Sexual

Eduardo Garcia Sodre Médico pela Universidade Privada Del Este – Paraguai Alana Queiroz Leão

Graduanda em medicina pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO Fernando Martins Castanheira Junior

Médico pela Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA, Anápolis - GO

Introdução: A contracepção reversível de longa duração (LARC), que inclui dispositivos intrauterinos e implantes, tem se consolidado como uma estratégia eficaz e segura para reduzir gestações não planejadas, especialmente no período pós-parto. A rápida recuperação da fertilidade após o nascimento e a alta taxa de gestações em curto intervalo representam riscos importantes para a saúde materna e neonatal, sendo que a OMS recomenda pelo menos 24 meses entre as gestações. Nesse contexto, o LARC apresenta vantagens relevantes; alta eficácia, continuidade, satisfação entre usuárias, redução de custos para os sistemas de saúde e possibilidade de inserção imediata após o parto, protegendo mulheres que poderiam não retornar às consultas de acompanhamento. Apesar de evidências demonstrarem seu impacto positivo na prevenção de gestações não intencionais, seu uso ainda é limitado em diversos contextos. Fatores sociais, econômicos e culturais influenciam a adesão, evidenciando a necessidade de políticas públicas robustas, campanhas educativas e a integração do LARC aos serviços de saúde materna, de forma a ampliar o acesso e garantir que mais mulheres possam se beneficiar desse recurso para o planejamento reprodutivo seguro e eficaz. Objetivo: Avaliar a efetividade e adesão ao uso de métodos contraceptivos reversíveis de longa duração entre mulheres jovens no Brasil. Materiais e métodos: Trata-se de uma revisão de literatura do tipo integrativa, sendo realizado através da busca na base de dados do PubMed usando os descritores: "Long-Acting Reversible Contraception", "Pregnancy, Unplanned" e "Contraceptive Agents", em conjunto com o operador booleano AND. Dessa busca foram encontrados 177 artigos que posteriormente foram submetidos a critérios de inclusão e exclusão. Ao final da seleção, foram incluídos 5 artigos que abordavam a temática em língua portuguesa, que atendiam ao objetivo de pesquisa e cujo período de busca se limitou de 2020 a 2025. Resultados e discussão: Apesar dos benefícios amplamente documentados, a adoção da contracepção reversível de longa duração (LARC) enfrenta barreiras que vão além da disponibilidade do método. Questões como desigualdades socioeconômicas, baixa escolaridade, falta de informação adequada, vieses de gênero e resistência cultural influenciam diretamente sua utilização. Além disso, a atuação dos profissionais de saúde tem papel crucial, já que preconceitos, desconhecimento técnico ou a falta de treinamento podem limitar a oferta e o aconselhamento adequado no período pós-parto. A experiência da África Subsaariana, em que apenas uma pequena parcela das mulheres utiliza LARC, reflete o impacto das desigualdades de acesso e da fragilidade das políticas públicas, cenário que também encontra paralelos em países da América Latina. Nesse sentido, estratégias como a integração do LARC às consultas pré e pósnatais, a eliminação de barreiras financeiras por meio de políticas de reembolso, e a disseminação de campanhas educativas em massa, são fundamentais para aumentar a adesão. Mais do que uma intervenção clínica, a ampliação do uso do LARC representa uma medida de equidade em saúde, capaz de reduzir gestações não planejadas, prevenir desfechos adversos e contribuir para a autonomia reprodutiva das mulheres. Considerações Finais: A LARC representa uma ferramenta estratégica e altamente eficaz para reduzir gestações não planejadas e seus desfechos adversos, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social e econômica. Sua inserção imediata no pós-parto demonstra potencial para promover maior adesão, continuidade do uso e proteção às mulheres que dificilmente retornam ao acompanhamento em saúde. No entanto, para que seus benefícios sejam plenamente alcançados, é imprescindível superar barreiras estruturais, culturais e profissionais, por meio de políticas públicas consistentes, capacitação das equipes de saúde e campanhas educativas que fortaleçam a autonomia feminina. Assim, a ampliação do acesso ao LARC configura não apenas uma medida de planejamento familiar, mas também uma ação de promoção da saúde materno-infantil e de garantia de direitos reprodutivos.

Palavras-chave: Anticoncepção; Educação em Saúde; Estratégias de Saúde Nacionais.

Referências:

ASMAMAW, Desale Bihonegn et al. Postpartum long-acting reversible contraceptives use in sub-Saharan Africa. Evidence from recent demographic and health surveys data. PloS one, v. 18, n. 10, p. e0291571, 2023.



COOPER, Michelle; BLACK, Kirsten; CAMERON, Sharon. Expanding access to postpartum contraception. Current opinion in obstetrics & gynecology, v. 36, n. 5, p. 331–337, 2024.

GIFFORD, Katie et al. Postpartum long-acting reversible contraceptive adoption after a statewide initiative. Health services research, v. 59, n. 3, p. e14300, 2024.

KROELINGER, Charlan D. et al. Immediate postpartum long-acting reversible contraception: Review of insertion and device reimbursement policies. Women's health issues: official publication of the Jacobs Institute of Women's Health, v. 31, n. 6, p. 523–531, 2021.

LEVANDOWSKI, Brooke A. et al. Results of immediate postpartum Long Acting Reversible Contraception provision after expanded reimbursement policy implementation at an academic medical institution. Maternal and child health journal, v. 27, n. 11, p. 1914–1919, 2023.



ENDOMETRIOSE COMO CONDIÇÃO CRÔNICA DE IMPACTO MULTIDISCIPLINAR NA MULHER

Eixo: Doenças Crônicas Não Transmissíveis

Venâncio Tavares Trindade

Médico pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO

Alana Queiroz Leão

Graduanda em medicina pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO Fernando Martins Castanheira Junior

Médico pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO

Introdução: A endometriose é uma doença ginecológica benigna e crônica que acomete cerca de 10% das mulheres em idade reprodutiva, sendo caracterizada pela presença de tecido semelhante ao endométrio fora da cavidade uterina, frequentemente nos ovários e no peritônio pélvico. Trata-se de uma condição de etiologia multifatorial e ainda não completamente elucidada, cuja apresentação clínica varia desde mulheres assintomáticas até quadros marcados por dor pélvica crônica, dismenorreia, dispareunia, disúria, disquezia e infertilidade. O atraso diagnóstico, que pode ultrapassar cinco a dez anos, contribui para a progressão da dor, centralização do quadro doloroso, impacto psicológico e prejuízo significativo na qualidade de vida. Estudos apontam que a endometriose reduz a produtividade em até 38% e está associada a altas taxas de ansiedade e depressão, além de comprometimento da vida social, sexual e profissional das pacientes. Esses aspectos reforçam a natureza multidimensional da doença, que não se limita ao processo inflamatório pélvico, mas também envolve consequências emocionais, sociais e reprodutivas, evidenciando a necessidade de abordagens terapêuticas integradas que considerem a mulher em sua totalidade. Objetivo: Investigar a relação da endometriose com dor crônica, infertilidade e saúde mental, discutindo estratégias de manejo integral. Materiais e métodos: Trata-se de uma revisão de literatura do tipo integrativa, sendo realizado através da busca na base de dados do PubMed usando os descritores: "Endometriosis", "Chronic Pain", "Quality of Life", em conjunto com o operador booleano AND. Dessa busca foram encontrados 589 artigos que posteriormente foram submetidos a critérios de inclusão e exclusão. Ao final da seleção, foram incluídos 5 artigos que abordavam a temática em língua portuguesa, que atendiam ao objetivo de pesquisa e cujo período de busca se limitou de 2020 a 2025. Resultados e discussão: A endometriose exerce impacto significativo e multidimensional na vida das mulheres, sendo a dor pélvica crônica o sintoma mais prevalente e diretamente associado à redução da produtividade laboral em até 38%. Além disso, cerca de 50% das pacientes diagnosticadas apresentam infertilidade, atribuída principalmente à inflamação crônica e à formação de aderências pélvicas. No âmbito da saúde mental, observa-se que até 88% das mulheres com endometriose relatam sintomas de ansiedade e depressão, condições frequentemente agravadas pelo atraso diagnóstico e pelo convívio prolongado com a dor. Em estágios mais avançados da doença, especialmente na forma infiltrativa profunda, os prejuízos à qualidade de vida tornam-se ainda mais marcantes, abrangendo limitações físicas, sofrimento psicológico e comprometimento das relações sociais e afetivas. Esses achados reforçam a necessidade de estratégias de manejo integral que combinem tratamento clínico e/ou cirúrgico com suporte psicológico e reprodutivo, visando não apenas a redução dos sintomas, mas a melhoria global da qualidade de vida dessas mulheres. Considerações Finais: a endometriose deve ser compreendida como uma condição crônica de impacto multidimensional, que transcende a esfera ginecológica ao afetar de forma significativa a saúde física, mental, social e reprodutiva das mulheres. A dor persistente, a infertilidade e os transtornos psicológicos associados revelam a complexidade da doença e a necessidade de uma abordagem integral e multiprofissional, que contemple não apenas o tratamento clínico e/ou cirúrgico, mas também estratégias de suporte psicossocial e reprodutivo. Nesse contexto, investir em diagnóstico precoce, educação em saúde, políticas públicas de acesso ao cuidado especializado e pesquisas sobre novas abordagens terapêuticas é essencial para reduzir o fardo da endometriose e melhorar a qualidade de vida das mulheres

Palavras-chave: Doença Crônica; Endometriose; Mulher.

Referências:

MADDERN, Jessica et al. Pain in endometriosis. Frontiers in cellular neuroscience, v. 14, p. 590823, 2020.

MAULENKUL, Tilektes et al. Understanding the impact of endometriosis on women's life: an integrative review of systematic reviews. BMC women's health, v. 24, n. 1, p. 524, 2024.

NOGUEIRA NETO, João et al. Improved quality of life (EHP-30) in patients with endometriosis after surgical treatment. Revista da Associacao Medica Brasileira (1992), v. 69, n. 8, p. e20230316, 2023.



PONTOPPIDAN, Karin; OLOVSSON, Matts; GRUNDSTRÖM, Hanna. Clinical factors associated with quality of life among women with endometriosis: a cross-sectional study. BMC women's health, v. 23, n. 1, p. 551, 2023.

YELA, Daniela Angerame; QUAGLIATO, Iuri de Paula; BENETTI-PINTO, Cristina Laguna. Quality of life in women with deep endometriosis: A cross-sectional study. Revista brasileira de ginecologia e obstetricia: revista da Federacao Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetricia, v. 42, n. 2, p. 90–95, 2020.



IMPACTO DA ANSIEDADE PERINATAL NA SAÚDE MATERNA E NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Eixo: Saúde Mental

Venâncio Tavares Trindade

Médico pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO

Alana Queiroz Leão

Graduanda em medicina pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO Fernando Martins Castanheira Junior

Médico pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO

Introdução: A ansiedade perinatal, definida como aquela que ocorre do início da gestação até um ano após o parto, constitui um importante problema de saúde pública devido à sua elevada prevalência e às repercussões tanto para a saúde materna quanto para o desenvolvimento infantil. Estima-se que, no Brasil, entre 15% e 30% das gestantes e puérperas apresentem sintomas de ansiedade ou depressão, índices superiores aos observados em países de alta renda. Esse cenário é especialmente preocupante considerando que os primeiros 1.000 dias de vida representam um período crítico de desenvolvimento cerebral, marcado por intensa plasticidade e sensibilidade a influências ambientais e emocionais. Evidências apontam que a exposição pré-natal à ansiedade materna está associada a desfechos adversos, como parto prematuro, baixo peso ao nascer, dificuldades no apego, além de prejuízos no desenvolvimento neurocognitivo, socioemocional e motor da criança. Para as mulheres, a ansiedade perinatal relaciona-se a maior risco de recorrência de transtornos mentais, uso de substâncias e até suicídio, reforcando o caráter multidimensional e intergeracional dessa condição. Objetivo: Analisar a prevalência de ansiedade durante a gestação e seus efeitos sobre o parto, puerpério e vínculo mãe-bebê. Materiais e métodos: Trata-se de uma revisão de literatura do tipo integrativa, sendo realizado através da busca na base de dados do PubMed usando os descritores: "Anxiety, Perinatal", "Maternal Health" e "Child Development", em conjunto com o operador booleano AND. Dessa busca foram encontrados 300 artigos que posteriormente foram submetidos a critérios de inclusão e exclusão. Ao final da seleção, foram incluídos 5 artigos que abordavam a temática em língua portuguesa, que atendiam ao objetivo de pesquisa e cujo período de busca se limitou de 2020 a 2025. Resultados e discussão: Os resultados demonstram que a prevalência de ansiedade durante a gestação varia de 15% a 30% no Brasil. com índices ainda mais elevados em contextos de maior vulnerabilidade social. Essa condição esteve associada a maior risco de complicações obstétricas, como parto prematuro e baixo peso ao nascer, além de prolongamento da recuperação física e emocional no puerpério. Observou-se também que gestantes com sintomas ansiosos apresentaram maior propensão a desenvolver depressão pós-parto, o que comprometeu a qualidade do vínculo estabelecido com o recém-nascido, caracterizado por menor responsividade materna, maior dificuldade no aleitamento e aumento de padrões de apego inseguro. Tais achados reforçam que a ansiedade perinatal não apenas afeta a saúde da mulher durante a gestação e o período pós-parto, mas repercute diretamente na interação mãe-bebê e, consequentemente, no desenvolvimento infantil. Considerações Finais: A ansiedade perinatal representa um agravo frequente e de grande relevância clínica e social, por impactar simultaneamente a saúde materna, o curso da gestação e o desenvolvimento inicial da criança. A elevada prevalência, somada às consequências negativas sobre o parto, o puerpério e o vínculo mãe-bebê, evidencia a necessidade de estratégias de detecção precoce e intervenção multiprofissional, que integrem cuidados obstétricos, psicológicos e de apoio social. O manejo adequado desses casos não apenas melhora a qualidade de vida da gestante, mas também favorece um ambiente mais saudável para o desenvolvimento infantil, reforçando a importância de políticas públicas e práticas assistenciais voltadas para a saúde mental no período perinatal.

Palavras-chave: Ansiedade; Desenvolvimento Infantil; Saúde Materna.

Referências:

BAUER, Annette et al. The lifetime costs of perinatal depression and anxiety in Brazil. Journal of affective disorders, v. 319, p. 361–369, 2022.

JELIČIĆ, Ljiljana et al. The impact of maternal anxiety on early child development during the COVID-19 pandemic. Frontiers in psychology, v. 12, p. 792053, 2021.

RODDY MITCHELL, Alexandra et al. Prevalence of perinatal anxiety and related disorders in low- and middle-income countries: A systematic review and meta-analysis: A systematic review and meta-analysis. JAMA network open, v. 6, n. 11, p. e2343711, 2023.

SEVERO, Melania et al. Maternal perinatal depression and child neurocognitive development: A relationship still to be clarified. Frontiers in psychiatry, v. 14, p. 1151897, 2023.

ZHOU, Jixing et al. Maternal pregnancy-related anxiety and children's physical growth: the Ma'anshan birth cohort study. BMC pregnancy and childbirth, v. 23, n. 1, p. 384, 2023.





IMPACTO DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO NA QUALIDADE DO VÍNCULO MÃE-BEBÊ

Eixo: Saúde Mental

Maria Fernanda Monteiro Costa

Graduanda em medicina pela Universidade de Cuiabá – UNIC, Cuiabá – MT

Alana Queiroz Leão

Graduanda em medicina pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO Fernando Martins Castanheira Junior

Médico pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO

Introdução: O impacto da depressão pós-parto (DPP) na qualidade do vínculo mãe-bebê representa um dos principais desafios no contexto da saúde materno-infantil. Estima-se que entre 10% e 20% das mulheres desenvolvam DPP nas semanas ou meses após o parto, condição que compromete não apenas a saúde emocional da mãe, mas também a capacidade de estabelecer uma conexão afetiva adequada com o recémnascido. A presença da depressão pode resultar em interações mais distantes, dificuldade em reconhecer e responder às necessidades do bebê, menor expressão de afeto e até comportamentos negligentes, afetando diretamente o bem-estar e o desenvolvimento emocional da criança. Estudos demonstram que mães com DPP apresentam menor pontuação em escalas de vínculo materno, refletindo fragilidade na construção dessa relação essencial. Por sua vez, bebês de mães deprimidas mostram major frequência de sinais de desconforto, como choro excessivo e menor interação social, evidenciando o impacto da qualidade do vínculo na sua formação emocional e comportamental. Nesse cenário, compreender como a DPP interfere na relação mãe-bebê e investir em estratégias de identificação precoce e suporte psicológico torna-se crucial para garantir não apenas a recuperação materna, mas também o desenvolvimento saudável da criança. Objetivo: Analisar os efeitos da depressão pós-parto no desenvolvimento do vínculo afetivo e nas práticas de cuidado materno. Materiais e métodos: Trata-se de uma revisão de literatura do tipo integrativa, sendo realizado através da busca na base de dados do PubMed usando os descritores: "Depression, Postpartum", "Mother-Child Relations" e "Infant", em conjunto com o operador booleano AND. Dessa busca foram encontrados 128 artigos que posteriormente foram submetidos a critérios de inclusão e exclusão. Ao final da seleção, foram incluídos 5 artigos que abordavam a temática em língua portuguesa, que atendiam ao objetivo de pesquisa e cujo período de busca se limitou de 2020 a 2025. Resultados e discussão: A discussão sobre o impacto da depressão pós-parto (DPP) no vínculo mãe-bebê revela que essa condição ultrapassa os limites individuais da saúde materna, refletindo-se diretamente no desenvolvimento infantil e nas relações familiares. A dificuldade da mãe em responder de forma sensível e afetiva às demandas do bebê pode comprometer a formação de um apego seguro, considerado base essencial para o desenvolvimento emocional e social saudável da criança. Esse prejuízo inicial no vínculo pode desencadear consequências de longo prazo, como maior risco de distúrbios de comportamento, dificuldades de aprendizagem e vulnerabilidade a transtornos emocionais na vida adulta. Além disso, a negligência nos cuidados básicos e a irregularidade na rotina, frequentemente observadas em mães com DPP, intensificam o estresse do bebê, gerando sinais de desconforto e menor interação social. Nesse contexto, a identificação precoce da DPP e a oferta de suporte psicológico e social adequados são fundamentais não apenas para restaurar o bem-estar da mãe, mas também para prevenir uma cadeia de desfechos negativos que impactam diretamente a qualidade de vida da criança e o equilíbrio familiar. Considerações Finais: A depressão pós-parto exerce um impacto significativo na qualidade do vínculo mãe-bebê, comprometendo a capacidade materna de estabelecer interações afetivas e responsivas essenciais para o desenvolvimento saudável da criança. Os prejuízos observados, como distanciamento emocional, dificuldade em interpretar sinais do bebê e maior risco de comportamento negligente, evidenciam a necessidade de atenção integral à saúde mental materna. A identificação precoce da DPP, aliada ao suporte psicológico e social contínuo, representa uma estratégia fundamental para minimizar os efeitos negativos dessa condição, garantindo não apenas a recuperação da mãe, mas também a construção de um vínculo seguro que favoreça o bem-estar e o desenvolvimento pleno do bebê.

Palavras-chave: Depressão Pós-Parto; Maternidade; Qualidade de vida.

Referências:

DINIZ, Bárbara Portela et al. Mother-infant bonding and postpartum depression during the COVID-19 pandemic - a risk for nurturing care and child development. Revista paulista de pediatria: orgao oficial da Sociedade de Pediatria de Sao Paulo, v. 42, p. e2022151, 2023.

EL HADATHY, Diane et al. The relationship between maternal-infant bonding and postpartum depression/anxiety: moderating effect of childhood psychological abuse and validation of the Mother-to-Infant Bonding scale (MIBS-8) in Arabic. BMC psychiatry, v. 24, n. 1, p. 293, 2024.



GOODMAN, Sherryl H. et al. Maternal interaction with infants among women at elevated risk for postpartum depression. Frontiers in psychology, v. 13, p. 737513, 2022.

O'DEA, Gypsy A. et al. Associations between maternal psychological distress and mother-infant bonding: a systematic review and meta-analysis. Archives of women's mental health, v. 26, n. 4, p. 441–452, 2023.

SANNI, Simbiat O. et al. Influence of postpartum depression on maternal-infant bonding and breastfeeding practices among mothers in Abeokuta, Ogun state. Discover mental health, v. 4, n. 1, p. 46, 2024.



IMPACTO DA VACINAÇÃO CONTRA HPV NA INCIDÊNCIA DE LESÕES PRECURSORAS DO CÂNCER CERVICAL

Eixo: Saúde Materna e Perinatal

Geovanna Karolliny Marques Moreira Médica pelo Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES – Campus Trindade

Fernando Martins Castanheira Junior

Alana Queiroz Leão
Graduanda em medicina pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO

Médico pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO

Introdução: O câncer cervical representa um importante problema de saúde pública mundial, sendo fortemente associado à infecção persistente pelo papilomavírus humano (HPV), especialmente pelos genótipos de alto risco, como o HPV 16 e 18. Embora a maioria das infecções se resolva espontaneamente em até dois anos, casos persistentes podem evoluir para lesões precursoras, conhecidas como neoplasias intraepiteliais cervicais (NIC), que, quando não tratadas, podem progredir para câncer invasivo. A introdução da vacinação contra o HPV. inicialmente recomendada em 2006, transformou-se em uma estratégia de prevenção primária altamente eficaz, reduzindo significativamente a incidência de NIC e, consequentemente. de câncer cervical, sobretudo quando administrada antes do início da vida sexual. Estudos populacionais e meta-análises têm demonstrado reduções de até 80%-90% no risco de lesões precursoras entre mulheres vacinadas, além de benefícios adicionais na redução da recorrência de NIC2+ após excisão cirúrgica. Dessa forma, avaliar o impacto da vacinação contra o HPV na incidência dessas lesões é fundamental para compreender sua efetividade em diferentes contextos populacionais e subsidiar políticas de saúde voltadas à prevenção do câncer cervical. Objetivo: Avaliar a efetividade do programa de imunização contra HPV na redução de lesões intraepiteliais de alto grau em mulheres jovens. Materiais e métodos: Trata-se de uma revisão de literatura do tipo integrativa, sendo realizado através da busca na base de dados do PubMed usando os descritores: "Papillomavirus Vaccines", "Uterine Cervical Neoplasms" e "Precancerous Conditions", em conjunto com o operador booleano AND. Dessa busca foram encontrados 950 artigos que posteriormente foram submetidos a critérios de inclusão e exclusão. Ao final da seleção, foram incluídos 5 artigos que abordavam a temática em língua portuguesa, que atendiam ao objetivo de pesquisa e cujo período de busca se limitou de 2020 a 2025. Resultados e discussão: Os achados disponíveis na literatura reforçam de maneira consistente a efetividade da vacinação contra o HPV na prevenção de lesões intraepiteliais cervicais de alto grau, especialmente em mulheres jovens que receberam o imunizante antes do início da vida sexual. Estudos de coorte e análises populacionais em larga escala demonstraram reduções expressivas nas taxas de NIC2+ e NIC3+, variando de 67% a mais de 80%, em populações com alta cobertura vacinal. Esse impacto positivo é ainda mais evidente em faixas etárias entre 20 e 24 anos, que concentram as primeiras gerações vacinadas, corroborando o papel da imunização como medida de saúde pública eficaz para alterar a história natural da doença. Além disso, a vacinação pós-tratamento cirúrgico também mostrou benefícios relevantes. reduzindo a recorrência de lesões de alto grau, o que amplia sua aplicabilidade tanto na prevenção primária quanto na secundária. Dessa forma, os resultados convergem com o objetivo de avaliar a efetividade do programa de imunização contra o HPV, evidenciando que a vacinação representa uma intervenção determinante na redução da carga de doença associada ao câncer cervical em mulheres jovens. Considerações Finais: A vacinação contra o HPV tem se mostrado uma estratégia altamente efetiva na redução de lesões intraepiteliais cervicais de alto grau em mulheres jovens, contribuindo de forma significativa para a prevenção do câncer cervical. A redução consistente das taxas de NIC2+ e NIC3+ observada em diferentes contextos populacionais evidencia o impacto do programa de imunização como medida de saúde pública essencial. Assim, ao avaliar a efetividade dessa intervenção, reforça-se a importância da manutenção e ampliação da cobertura vacinal, bem como da integração com programas de rastreamento, a fim de potencializar seus benefícios e consolidar avanços na redução da morbimortalidade associada ao câncer

Palavras-chave: Papilomavírus Humano; Prevenção; Programas de Imunização.

Referências:

DVOŘÁK, Vladimír et al. Reduced risk of CIN2+ recurrence in women immunized with a 9-valent HPV vaccine post-excision: Retrospective cohort study. Human vaccines & immunotherapeutics, v. 20, n. 1, p. 2343552, 2024.



ERIKSEN, Dina Overgaard et al. Human papillomavirus vaccination in women undergoing excisional treatment for cervical intraepithelial neoplasia and subsequent risk of recurrence: A systematic review and meta-analysis. Acta obstetricia et gynecologica Scandinavica, v. 101, n. 6, p. 597–607, 2022.

GARGANO, Julia W. et al. Trends in cervical precancers identified through population-based surveillance - Human Papillomavirus Vaccine Impact Monitoring Project, five sites, United States, 2008-2022. MMWR. Morbidity and mortality weekly report, v. 74, n. 6, p. 96–101, 2025.

MIKALSEN, Marte Pettersen; SIMONSEN, Gunnar Skov; SØRBYE, Sveinung Wergeland. Impact of HPV vaccination on the incidence of high-grade cervical intraepithelial neoplasia (CIN2+) in women aged 20-25 in the northern part of Norway: A 15-year study. Vaccines, v. 12, n. 4, 2024.

NONBOE, Mette Hartmann et al. Screening outcome of HPV-vaccinated women: Data from the Danish Trial23 cohort study. PloS one, v. 19, n. 6, p. e0306044, 2024.



INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EMERGENTES EM MULHERES JOVENS

Eixo: Transversal

Geovanna Karolliny Marques Moreira
Médica pelo Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES – Campus Trindade
Alana Queiroz Leão

Graduanda em medicina pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO Fernando Martins Castanheira Junior

Médico pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO

Introdução: As infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) emergentes em mulheres jovens têm despertado crescente preocupação na saúde pública, especialmente pelo impacto de patógenos como o Mycoplasmoides genitalium (M. genitalium). Essa bactéria, associada à cervicite, doença inflamatória pélvica e complicações reprodutivas, representa um desafio devido ao diagnóstico complexo e ao aumento significativo da resistência antimicrobiana, particularmente aos macrolídeos. Mulheres jovens, sobretudo estudantes universitárias, configuram um grupo de risco importante, visto que apresentam maiores taxas de infecção e, muitas vezes, acesso limitado a estratégias diagnósticas adequadas. Além das repercussões clínicas diretas, como infertilidade, parto prematuro, baixo peso ao nascer e maior suscetibilidade à infecção pelo HIV, a emergência do M. genitalium evidencia lacunas no controle e monitoramento das ISTs, sobretudo em países de baixa e média renda. Nesse cenário, investigar a prevalência e os desfechos terapêuticos dessa infecção em populações jovens torna-se essencial para subsidiar políticas de prevenção, rastreio e manejo clínico que minimizem seus efeitos a longo prazo. Objetivo: Analisar prevalência, fatores de risco e desafios no diagnóstico precoce de ISTs emergentes como Mycoplasma genitalium em mulheres em idade fértil. Materiais e métodos: Trata-se de uma revisão de literatura do tipo integrativa, sendo realizado através da busca na base de dados do PubMed usando os descritores: "Sexually Transmitted Diseases", "Emerging Infectious Diseases" e "Young Adult", em conjunto com o operador booleano AND. Dessa busca foram encontrados 365 artigos que posteriormente foram submetidos a critérios de inclusão e exclusão. Ao final da seleção, foram incluídos 5 artigos que abordavam a temática em língua portuguesa, que atendiam ao objetivo de pesquisa e cujo período de busca se limitou de 2020 a 2025. Resultados e discussão: Os estudos atuais apontam que a prevalência de Mycoplasma genitalium em mulheres em idade fértil tem aumentado de forma preocupante, sobretudo em populações jovens e sexualmente ativas, nas quais fatores de risco como múltiplos parceiros, início precoce da vida sexual e uso inconsistente de preservativos se destacam. A associação entre essa infecção e desfechos reprodutivos adversos, como doença inflamatória pélvica, infertilidade e complicações gestacionais, reforça a relevância de investigá-la de forma direcionada. Entretanto, um dos maiores obstáculos para o manejo adequado é o diagnóstico precoce, já que o M. genitalium apresenta quadro clínico inespecífico, frequentemente assintomático, além de exigir métodos específicos de biologia molecular (NAATs) pouco acessíveis em grande parte dos serviços de saúde, especialmente nos de baixa e média renda. A elevada taxa de resistência antimicrobiana, que ultrapassa 40% para macrolídeos em algumas populações, agrava ainda mais o cenário, comprometendo a efetividade terapêutica e favorecendo infecções persistentes e recorrentes. Nesse contexto, analisar a prevalência, os fatores de risco e os desafios no diagnóstico precoce dessas ISTs emergentes é crucial para orientar estratégias de rastreamento, ampliar o acesso a exames sensíveis e subsidiar políticas públicas que priorizem grupos mais vulneráveis, como mulheres jovens em idade fértil. Considerações Finais: O Mycoplasma genitalium representa um desafio crescente no campo das infecções sexualmente transmissíveis emergentes, especialmente em mulheres jovens em idade fértil, grupo marcado por maior vulnerabilidade a fatores de risco comportamentais e biológicos. A combinação de prevalência em ascensão, elevada taxa de resistência antimicrobiana e limitações no diagnóstico precoce evidencia a necessidade urgente de estratégias específicas de vigilância, rastreamento e manejo clínico. Investir em métodos diagnósticos mais acessíveis, ampliar campanhas de prevenção e promover a educação em saúde voltada para esse público são medidas essenciais para reduzir o impacto da infecção e prevenir suas complicações reprodutivas e gestacionais, consolidando avanços no controle das ISTs emergentes.

Palavras-chave: Adulto Jovem; Educação em Saúde; Infecções Sexualmente Transmissíveis;

Referências:

CANNOVO, Nunzia et al. Sexually transmitted infections in adolescents and young adults: A cross section of public health. International journal of environmental research and public health, v. 21, n. 4, 2024.

LAVEY, Stephen C.; CASSEL, Brittany; MUNSON, Erik. Mycoplasmoides genitalium Macrolide Resistance Detection is Needed in University Settings. Clinical medicine & research, v. 22, n. 1, p. 13–18, 2024.



NAICKER, Meleshni et al. Lack of resistance to macrolides in Mycoplasma genitalium detected in South African pregnant women. Southern African journal of infectious diseases, v. 36, n. 1, p. 209, 2021.

PIÑEIRO, Luis et al. Increases in the macrolide resistance of Mycoplasma genitalium and the emergence of the A2058T mutation in the 23S rRNA gene: Clonal spread? **Antibiotics** (Basel, Switzerland), v. 11, n. 11, p. 1492, 2022.

SCHRÖDER, Daniel et al. Prevalence and epidemiology of Mycoplasma genitalium and the absence of macrolide resistance in M. genitalium among pregnant women attending antenatal care in Zambia. Frontiers in public health, v. 13, p. 1576376, 2025.





MORTALIDADE MATERNA ASSOCIADA À HIPERTENSÃO GESTACIONAL NO BRASIL

Eixo: Saúde Materna e Perinatal

Venâncio Tavares Trindade Médico pela Universidade Evangélica de Goiás — UniEVANGÉLICA, Anápolis — GO

Alana Queiroz Leão

Graduanda em medicina pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO Fernando Martins Castanheira Junior

Médico pela Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA, Anápolis - GO

Introdução: A mortalidade materna permanece como um dos principais desafios de saúde pública global, sendo um indicador sensível das condições sociais, econômicas e da qualidade da atenção obstétrica. Incluída entre as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sua redução exige a melhoria da saúde materna, a promoção da equidade de gênero e a diminuição das desigualdades sociais. Apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, o Brasil ainda apresenta taxas elevadas, não tendo atingido a meta estabelecida pelos Objetivos do Milênio, e recentemente registrou aumento preocupante dos óbitos maternos. Entre as principais causas diretas, destacam-se os distúrbios hipertensivos da gestação, especialmente a pré-eclâmpsia e a eclâmpsia, condições multifatoriais que comprometem o endotélio materno e podem evoluir rapidamente para desfechos graves. Essas complicações hipertensivas não apenas refletem falhas no diagnóstico precoce e no manejo adequado, mas também revelam desigualdades estruturais que afetam de forma mais intensa mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, racial e geográfica. Nesse contexto, compreender a mortalidade materna associada à hipertensão gestacional no Brasil é essencial para orientar estratégias de prevenção e cuidado integral, visando acelerar a redução dos óbitos e aproximar o país das metas globais de saúde materna. Objetivo: Identificar fatores associados ao óbito materno por complicações hipertensivas e estratégias de prevenção em diferentes regiões do país. Materiais e métodos: Trata-se de uma revisão de literatura do tipo integrativa, sendo realizado através da busca na base de dados do PubMed usando os descritores: "Maternal Mortality", "Hypertension, Pregnancy-Induced" e "Brazil", em conjunto com o operador booleano AND. Dessa busca foram encontrados 127 artigos que posteriormente foram submetidos a critérios de inclusão e exclusão. Ao final da seleção, foram incluídos 5 artigos que abordavam a temática em língua portuguesa, que atendiam ao objetivo de pesquisa e cujo período de busca se limitou de 2020 a 2025. Resultados e discussão: os distúrbios hipertensivos da gestação, especialmente pré-eclâmpsia e eclâmpsia, permanecem entre as principais causas diretas de mortalidade materna no Brasil, com maior prevalência em regiões Norte e Nordeste, onde a razão de mortalidade materna (RMM) supera a média nacional. Fatores como atraso no diagnóstico, início tardio do pré-natal, baixa escolaridade, barreiras de acesso a servicos especializados e desigualdades raciais estiveram fortemente associados ao risco de óbito. Observou-se também que mulheres negras e pardas foram desproporcionalmente afetadas, refletindo os determinantes sociais da saúde. Apesar da disponibilidade de protocolos clínicos e de políticas públicas voltadas para a saúde materna, falhas na implementação de cuidados em rede, na estratificação de risco gestacional e na garantia de acesso a unidades de referência contribuíram para a persistência de mortes evitáveis. Experiências regionais de fortalecimento da atenção pré-natal, capacitação profissional e ampliação da vigilância de óbitos maternos demonstraram potencial para reduzir significativamente as complicações hipertensivas, destacando a necessidade de estratégias direcionadas às desigualdades regionais e sociais. Considerações Finais: a mortalidade materna por complicações hipertensivas permanece um grave desafio de saúde pública no Brasil, refletindo tanto limitações clínicas no diagnóstico e manejo quanto profundas desigualdades sociais e regionais. A maior vulnerabilidade observada entre mulheres negras, de baixa escolaridade e residentes em áreas periféricas ou com menor acesso a serviços especializados reforça a influência dos determinantes sociais da saúde nesses desfechos. Nesse sentido, reduzir os óbitos maternos exige a implementação de estratégias integradas que incluam o fortalecimento do pré-natal de qualidade, a estratificação precoce do risco gestacional, a garantia de acesso oportuno a serviços de referência e a capacitação contínua das equipes multiprofissionais. Além disso, políticas públicas que enfrentem as desigualdades estruturais e ampliem a vigilância dos óbitos maternos são fundamentais. Palavras-chave: Hipertensão Induzida pela Gravidez; Mortalidade Materna; Mulher.

Referências:

DA SILVA BUENO, Luciane Amorim et al. Describing trends in maternal mortality in the state of São Paulo, Brazil, from 2009 to 2019. Healthcare (Basel, Switzerland), v. 11, n. 18, p. 2522, 2023.

DORCÉLY, Deltharma Frantzia et al. Maternal deaths due to hypertensive disorders of pregnancy in Brazil from 2012 until 2023: a cross-sectional populational-based study. Hypertension in pregnancy: official



journal of the International Society for the Study of Hypertension in Pregnancy, v. 44, n. 1, p. 2492094 2025.

FLÁVIO-REIS, Victor Hugo Palhares et al. Maternal deaths caused by eclampsia in Brazil: a descriptive study from 2000 to 2021. Revista brasileira de ginecologia e obstetricia: revista da Federacao Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetricia, v. 46, 2024.

SILVA, Amanda Dantas et al. Racial disparities and maternal mortality in Brazil: findings from a national database. Revista de saude publica, v. 58, n. 1, p. 25, 2024.

TENORIO, Damiao Soares et al. High maternal mortality rates in Brazil: Inequalities and the struggle for justice. Lancet regional health. Americas, v. 14, n. 100343, p. 100343, 2022.



MORTALIDADE MATERNA POR CAUSAS EVITÁVEIS NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS

Eixo: Saúde Materna e Perinatal

Eduardo Garcia Sodre Médico pela Universidade Privada Del Este – Paraguai Alana Queiroz Leão

Graduanda em medicina pela Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA, Anápolis - GO

Fernando Martins Castanheira Junior

Médico pela Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA, Anápolis - GO

Introdução: A mortalidade materna, definida como o óbito da mulher durante a gestação, parto, aborto ou até 42 dias após o término da gravidez por causas relacionadas ou agravadas pela gestação, permanece um dos maiores desafios da saúde pública no Brasil e no mundo. Apesar dos avancos registrados nas últimas décadas, com redução progressiva dos índices até 2019, o país ainda apresenta taxas elevadas, agravadas de forma dramática pela pandemia de COVID-19, que duplicou a razão de mortalidade materna e expôs fragilidades estruturais do sistema de saúde. Estima-se que a maioria dessas mortes seja evitável, reforçando o peso de determinantes sociais como raça, escolaridade, renda e acesso a serviços de qualidade, fatores que afetam desproporcionalmente mulheres negras e residentes em regiões mais vulneráveis. A mortalidade por aborto, relativamente estável ao longo dos anos, também se mantém como causa significativa dentro desse cenário. Esses dados evidenciam que, além da recuperação dos retrocessos recentes, é urgente fortalecer políticas públicas e estratégias de equidade no cuidado materno, garantindo acesso universal, humanizado e seguro aos servicos de saúde. Obietivo: Identificar os principais fatores associados à mortalidade materna evitável e discutir estratégias de prevenção. Materiais e métodos: Trata-se de uma revisão de literatura do tipo integrativa, sendo realizado através da busca na base de dados do PubMed usando os descritores: "Maternal Mortality", "Preventable Deaths" e "Brazil", em conjunto com o operador booleano AND. Dessa busca foram encontrados 272 artigos que posteriormente foram submetidos a critérios de inclusão e exclusão. Ao final da seleção, foram incluídos 5 artigos que abordavam a temática em língua portuguesa, que atendiam ao objetivo de pesquisa e cujo período de busca se limitou de 2020 a 2025. Resultados e discussão: A análise da mortalidade materna por causas evitáveis no Brasil evidencia que o problema transcende questões puramente biomédicas e reflete profundas desigualdades sociais, raciais e regionais. A pandemia de COVID-19 não apenas expôs, mas também ampliou essas vulnerabilidades, ao afetar de forma desproporcional gestantes e puérperas negras, pobres e residentes em áreas remotas, reforçando o impacto do racismo estrutural e da precariedade no acesso aos serviços de saúde. Embora políticas públicas anteriores tenham contribuído para a redução gradual das taxas até 2019, a descontinuidade de programas de atenção primária, a sobrecarga do sistema e a escassez de investimentos em saúde reprodutiva comprometeram os avanços obtidos. O cenário da mortalidade materna por aborto, que permanece relativamente estável, evidencia tanto as limitações da assistência reprodutiva quanto os efeitos da criminalização do procedimento, que empurra mulheres em situação de vulnerabilidade para práticas inseguras e de alto risco. Assim, a discussão sobre os desafios atuais deve envolver não apenas a expansão do acesso e a qualidade dos serviços obstétricos, mas também a abordagem de determinantes sociais da saúde, a valorização da equidade de gênero e raça, e o fortalecimento de políticas públicas consistentes e sustentáveis voltadas à saúde materna. Considerações Finais: A mortalidade materna por causas evitáveis no Brasil continua sendo um desafio crítico, agravado pelas desigualdades sociais, raciais e regionais, e recentemente intensificado pela pandemia de COVID-19. Embora avanços tenham sido alcançados nas últimas décadas, os retrocessos evidenciam a fragilidade das políticas de saúde materna e a necessidade de estratégias mais robustas, integradas e sustentáveis. Para que a redução desses óbitos seja efetiva, é fundamental investir em atenção pré-natal e obstétrica de qualidade, ampliar o acesso a serviços de saúde reprodutiva, enfrentar o racismo estrutural e garantir equidade no cuidado. Assim, o enfrentamento da mortalidade materna deve ser visto não apenas como meta de saúde, mas como compromisso ético e social de proteção à vida e promoção dos direitos das mulheres.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Mortalidade Materna; Prevenção de Acidentes.

Referências:

GUIMARÃES, Raphael Mendonça. COVID-19 challenges Brazil to comply with agenda 2030 to reduce maternal mortality. Lancet regional health. Americas, v. 21, p. 100491, 2023.

LEAL, Lisiane Freitas et al. Maternal Mortality in Brazil, 1990 to 2019: a systematic analysis of the Global Burden of Disease Study 2019. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, v. 55, n. suppl 1, p. e0279, 2022.



PEREIRA, Pedro Omar Batista et al. Maternal mortality due to abortion in Brazil: A temporal, regional, and sociodemographic analysis over the last three decades. Healthcare (Basel, Switzerland), v. 13, n. 8, p. 951, 2025.

SILVA, Amanda Dantas et al. Racial disparities and maternal mortality in Brazil: findings from a national database. Revista de saude publica, v. 58, n. 1, p. 25, 2024.

TENORIO, Damiao Soares et al. High maternal mortality rates in Brazil: Inequalities and the struggle for justice. Lancet regional health. Americas, v. 14, n. 100343, p. 100343, 2022.



O PAPEL DO PSICÓLOGO NA SAÚDE MENTAL PERINATAL

Eixo: Saúde mental, direitos e violências de gênero

Flavia Lima De Carvalho

Nutricionista, doutoranda em Nutrição, alimentos e Saúde pela Universidade Federal da Bahia – UBFA, Salvador BA)

Evanilda Silva Bispo

Enfermeira, pela Faculdade de Tecnologia Ciências FTC. Pós graduada em Enfermagem Obstetrícia, Jequié – Bahia Hanna Wena Pacheco Da Silva

Graduanda em psicologia - Centro Universitário de Nassau - Uninassau. Pernambuco, Recife

Introdução: O período perinatal, que abrange a gestação, o parto e o pós-parto, é um momento de intensas transformações biopsicossociais na vida da mulher e de sua família. Embora frequentemente idealizada, essa fase pode ser acompanhada por estresse, ansiedade e medo, constituindo um período de vulnerabilidade para o desenvolvimento ou exacerbação de transtornos mentais. A psicologia perinatal surge como uma área especializada que oferece suporte emocional, prevenção de agravos e tratamento de psicopatologias, visando promover a saúde mental materna e o desenvolvimento de um vínculo saudável entre mãe e bebê. A atuação do psicólogo perinatal é, portanto, essencial para um cuidado integral e humanizado. Objetivo: Discutir o suporte emocional oferecido pelo psicólogo perinatal à gestante e sua família. Metodologia: Revisão integrativa, nas bases SciELO e PubMed em outubro de 2025. Utilizou-se os descritores "psicologia perinatal", "saúde mental materna", "depressão pós-parto", "ansiedade" e "gestação". Critérios de inclusão foram: artigos completos e gratuitos, publicados nos últimos 10 anos (2015-2025), em português ou inglês, que abordassem intervenções psicológicas no ciclo grávido-puerperal. Foram excluídos: estudos focados em psicofármacos, relatos de caso e duplicatas. A busca inicial resultou em 195 artigos na PubMed e 68 na SciELO. Após a remoção de 41 duplicatas, 190 excluídos por título e resumo. Dos 32 artigos lidos na íntegra, 26 foram descartados, 6 artigos foram selecionados. Resultados e Discussão: A prevenção de transtornos mentais é um dos focos centrais da psicologia perinatal. Uma revisão sistemática de Dennis e Dowswell (2013), demonstrou que intervenções psicossociais e psicológicas, como a terapia interpessoal e a cognitivocomportamental (TCC), são eficazes na prevenção da depressão pós-parto (DPP). Esses grupos trabalham com a desmistificação da maternidade, o manejo da ansiedade e o fortalecimento da rede de apoio, atuando como fatores de proteção para a saúde mental materna. Ambos os estudos apontam que a abordagem preventiva é mais eficaz e desejável do que apenas tratar o transtorno instalado (DENNIS; DOWSWELL, 2013; CANTILINO et al., 2017). O tratamento da depressão pós-parto é outra área de atuação crucial. O trabalho de Zinga et al. (2015) destaca a TCC como uma abordagem de primeira linha, mostrando eficácia na reestruturação de pensamentos negativos sobre a maternidade e a autoeficácia, e na melhora dos sintomas depressivos. A importância da psicoterapia mãe-bebê, uma intervenção que foca não apenas na mãe, mas na qualidade da interação diádica, que frequentemente é afetada pela depressão materna (SCHMIDT et al., 2021). Esta abordagem visa tratar os sintomas da mãe enquanto promove um vínculo seguro com a criança. A convergência entre os estudos está na necessidade de intervenções estruturadas e baseadas em evidências para o tratamento da DPP (ZINGA et al., 2015; SCHMIDT et al., 2021). O suporte emocional durante a gestação e o preparo para o parto também são fundamentais. O psicólogo pode atuar no acolhimento de medos e angústias relacionados ao parto, como o medo da dor ou de procedimentos (tocofobia), ajudando a mulher a construir uma experiência de parto mais positiva. O papel do psicólogo no suporte a gestações de alto risco, auxiliando a mulher e a família a lidarem com diagnósticos complexos, incertezas e o estresse de um acompanhamento médico intensivo. A atuação do psicólogo, em ambos os contextos, visa fortalecer os recursos de enfrentamento da mulher e de sua família (CAMPOS; ARRAIS, 2016; FAISAL-CURY; TEDESCO, 2018). Conclusão: A atuação do psicólogo perinatal é indispensável para a promoção da saúde mental materna e para o bem-estar familiar. A intervenção psicológica no período perinatal é eficaz na prevenção e tratamento de transtornos como a depressão e a ansiedade, além de oferecer suporte emocional para os desafios da gestação e do parto.

Palavras-chaves: Ansiedade; Depressão pós-parto; Psicologia perinatal; Saúde mental materna.

Referências:

CAMPOS, R. S.; ARRAIS, A. R. Tocofobia: o medo de parir e suas consequências. Revista Eletrônica Acervo Saúde, n. 11, p. S21-S28, 2016.

CANTILINO, A. et al. A importância do pré-natal psicológico: uma revisão da literatura. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 66, n. 4, p. 247-254, 2017.

DENNIS, C. L.; DOWSWELL, T. Psychosocial and psychological interventions for preventing postpartum depression. Cochrane Database of Systematic Reviews, n. 2, CD001134, 2013.



FAISAL-CURY, A.; TEDESCO, J. J. A. O psicólogo na gestação de alto risco: uma revisão da literatura. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 34, p. e3441, 2018.

SCHMIDT, E. B. et al. Mother-infant psychotherapy for postpartum depression: a systematic review and meta-analysis. **Journal of Affective Disorders**, v. 295, p. 770-781, 2021.

ZINGA, D. et al. Cognitive behavioural therapy for postpartum depression: a systematic review. Canadian Journal of Psychiatry, v. 60, n. 6, p. 256-265, 2015.



O PROTAGONISMO DO ENFERMEIRO NOS CUIDADOS PALIATIVOS EM ONCOLOGIA PEDIÁTRICA: INTERFACES DO CUIDADO E DA HUMANIZAÇÃO

Eixo: Interprofissionalidade e Cuidado Colaborativo

Maria Mileny Alves de Lima
Graduanda em Enfermagem pela Faculdade de Ciências de Timbaúba
Lucy Alves de Paulo Lima
Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa

Introdução: A oncologia pediátrica constitui um dos campos mais desafiadores na área da saúde, no qual meninas e meninos, assim como adolescentes, lidam com condições de alta gravidade, enquanto suas famílias enfrentam a possibilidade de uma perda antecipada. Os cuidados paliativos se destacam como uma abordagem essencial para garantir dignidade, conforto e uma melhor qualidade de vida, indo além das intervenções curativas. O enfermeiro, por manter um contato constante e direto com o paciente e seus familiares, desempenha um papel central, integrando aspectos técnicos, humanos e éticos do atendimento. Objetivo: Analisar a importância do papel do enfermeiro nos cuidados paliativos em pacientes oncológicos pediátricos, ressaltando como isso se relaciona com a humanização do atendimento. Metodologia: Trata-se de uma revisão da literatura que se baseia em pesquisas nacionais, acessíveis em plataformas como SciELO. LILACS e BVS, com publicações dos últimos cinco anos. Foram examinados textos que discutem o papel do enfermeiro nos cuidados paliativos para crianças com câncer, incluindo práticas de assistência, dificuldades enfrentadas e abordagens voltadas à humanização. O processo de elegibilidade envolveu a análise dos títulos, resumos e textos completos, incluindo apenas artigos que abordassem diretamente a atuação do enfermeiro em cuidados paliativos pediátricos. Foram excluídos estudos duplicados, revisões não sistemáticas e artigos sem relevância direta para o tema. Por se tratar de uma revisão de literatura, não houve participação direta de seres humanos, sendo dispensada a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Resultados e discussão: A análise dos artigos revelou que o enfermeiro desempenha um papel importante como intermediário entre a criança, sua família e a equipe multiprofissional. Foram incluídos 5 artigos que atenderam aos critérios de elegibilidade. Suas responsabilidades variam desde a administração de tratamentos, tanto farmacológicos quanto não farmacológicos, visando o controle da dor, até a prática da escuta ativa, comunicação clara e acolhimento em momentos de sofrimento. Os resultados indicam a presença de desafios consideráveis. Entre eles, a falta de formação específica em cuidados paliativos, fragilidades nas interações entre diferentes áreas profissionais, sobrecarga emocional e insuficiência de recursos estruturais. É evidenciado que a humanização é materializada por meio de abordagens singulares, incluindo o respeito às diferenças culturais e espirituais, a elaboração de cuidados personalizados e o apoio às famílias durante e após a morte e o luto. A Teoria do Conforto de Kolcaba, frequentemente citada, respalda a relevância da atuação da enfermagem no alívio de sintomas e na promoção do bem-estar integral. Segundo Kolcaba, o conforto deve ser promovido em quatro dimensões: físico, psicológico, social e ambiental, sendo essencial para reduzir o sofrimento e melhorar a qualidade de vida do paciente, especialmente em cuidados paliativos. Conclusão: A atuação do enfermeiro nos cuidados paliativos em oncologia pediátrica é imprescindível para garantir a eficácia de um atendimento humanizado. É importante aumentar os recursos destinados à formação contínua, ao suporte institucional e a políticas públicas que fortaleçam a prática de cuidados paliativos. Por meio da combinação de habilidades técnicas e empatia, o enfermeiro se transforma em um agente de esperança e dignidade, ressaltando seu papel vital na promoção de um cuidado abrangente que acolhe tanto a criança quanto a família diante da inevitabilidade do fim da vida. Dessa forma, ressalta-se que o papel da enfermagem é fundamental para estabelecer práticas que sejam mais humanas, completas e voltadas para as necessidades individuais de cada paciente.

Palavras-chave: Criança; Cuidados paliativos; Enfermagem; Humanização; Oncologia pediátrica.

Referências:

Desafios dos enfermeiros em cuidados paliativos em oncologia pediátrica. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [S. I.], v. 10, n. 15, p. e360101523136, 2021.

GAIA, A. A. .; SILVA, A. D. A. E. . Atuação do enfermeiro nos cuidados paliativos em oncologia pediátrica. Revista Multidisciplinar em Saúde, [S. I.], v. 2, n. 4, p. 88, 2021.



MIRANDA, Vitória Torquato Silva; RODRIGUES, Daniel Mota de Araújo; AZEVEDO, Ayla Yagnes Del Rei; NEVES, Keila do Carmo. A realidade do enfermeiro no cuidado paliativo em oncologia pediátrica. Invista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. I.], v. 1, n. 01, p. 315–332, 2024.

ROCHA, A. G. R. da; ALCÂNTARA, D. S. de; SANTOS, W. R. G. dos; COIMBRA NETO, M. R.; SILVA, A. J. P. Cuidados paliativos em oncologia pediátrica: perspectivas e desafios. Cuadernos de Educación y Desarrollo, [S. l.], v. 17, n. 6, p. e8648, 2025.

SÁ, S. M. de; SILVA, E. L. e; FERREIRA, B. E. S.; RIGO, F. L.; CASTRO, C. S.; ARAUJO, C. M.; FERREIRA, G. R. Oncologia pediátrica: a importância dos cuidados paliativos. **REVISTA DELOS**, [S. I.], v. 18, n. 67, p. e5221, 2025.



PERFIL EPIDEMIOLÓGICO POR DOENÇAS OSTEOMUSCULARES E DO TECIDO CONJUNTIVO EM MULHERES ACIMA DOS 50 ANOS NO BRASIL (2019-2024)

Eixo: Transversais

Rafaella Ferreira dos Santos

Graduanda em Medicina pela Universidade Santo Amaro - UNISA, Guarulhos SP.

Samara Brissi Benito da Silva

Graduanda em Medicina pela Universidade de Mogi das Cruzes - UMC, Mogi das Cruzes SP.

Lvvia Brissi Benito da Silva

Graduanda em Medicina pela Universidade de Mogi das Cruzes - UMC, Mogi das Cruzes SP.

Emanuela Lira Milhomem

Graduação em Farmácia Generalista e Pós-graduada em Farmácia Clínica pelo Centro Universitário do Pará - CESUPA, Belém- PA.

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia - UNIFAMAZ, Belém- PA.

Introdução: As doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo - que afetam ossos, músculos, articulações, e componentes da matriz extracelular - impactam a vida de cerca de 1,71 bilhão de pessoas no mundo, representando um enorme desafio para a saúde global. Esse grupo de patologias abrange desde doenças degenerativas como osteoporose, até enfermidades autoimunes sistêmicas como artrite reumatoide. Além disso, essas doenças são responsáveis são responsáveis por causar dor crônica, limitação funcional e piora da qualidade de vida. Portanto, o estudo dessas patologias é essencial para otimizar o tratamento e reduzir complicações. Objetivo: Analisar o perfil epidemiológico de mulheres com 50 anos ou mais acometidas por doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo no Brasil, durante o período de 2019 a 2024. Materiais e métodos: Trata-se de um estudo ecológico, retrospectivo e descritivo, utilizando análise estatística descritiva. com base em dados secundários obtidos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), nas plataformas TABNET e SINAN. A população do estudo compreendeu mulheres com 50 anos ou mais atendidas pelo SUS no período entre 2019 e 2024. As variáveis de interesse para a análise foram: faixa etária, cor/raça e Unidade Federativa de residência. Os dados foram analisados de forma descritiva e organizados em planilhas do Microsoft Excel. A partir da coleta dos dados em agosto de 2025, foram realizados o processamento e a análise estatística descritiva das informações com a utilização do Microsoft Excel versão 365. Resultados e discussão: No período de 2019 a 2024, foram registradas 339.368 internações por doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo em mulheres com 50 anos ou mais em todo o país, e entre as regiões brasileiras, a Sudeste apresentou-se mais prevalente, com 158.019 hospitalizações (46,7%). Verificou-se que, entre as pacientes internadas, 162.613 (47,9%) eram da raça/etnia branca e 133.806 (39,4%) estavam compreendidas entre a faixa etária dos 50 a 59 anos. Além disso, entre as doenças do capítulo do CID-10 de doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo, as mais prevalentes no período, população e faixa etária estudadas foram os transtornos do tecido mole (25,5%) e a artrose (20,3%). Em relação à faixa etária, as duas patologias mais prevalentes divergiram na prevalência de grupo etário, isto é, os transtornos do tecido mole apresentaram-se em maior número em mulheres entre 50 a 59 anos, e a artrose verificou-se mais prevalente em pacientes entre 60 a 69 anos. Os dados epidemiológicos encontrados corroboram a literatura, que aponta associação dessas patologias ao envelhecimento e maior recorrência entre mulheres. A região Sudeste apresentou maior número de hospitalizações, o que pode ser explicado pela demografia e pelo maior acesso aos servicos de saúde. Considerações Finais: As doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo continuam afetando as mulheres com 50 anos ou mais, configurando um importante problema de saúde pública. Assim, é indispensável promover estratégias voltadas para diagnóstico precoce, para que essas mulheres recebam o tratamento adequado e oportuno, principalmente na região Sudeste, que conta com 46,7% das internações. Dessa forma, é possível reduzir o impacto não apenas individual, mas também coletivo dessas doenças.

Palavras-chave: Doenças Musculoesqueléticas; Doenças do Tecido Conjuntivo; Epidemiologia; Saúde da mulher.

Referências:

ABRAHÃO, G. et al. Análise do perfil epidemiológico das internações por osteoartrite no Brasil de 2017 a 2021. Revista de Epidemiologia e Saúde Pública - RESP, v. 1, n. 2, 2 jul. 2023.

DE, V. et al. Epidemiological profile and evolution in musculoskeletal tumors at the level of the elbow. Acta Ortopédica Brasileira, v. 31, n. 1, 1 jan. 2023.



FRANSEN, M. et al. The epidemiology of osteoarthritis in Asia. International Journal of Rheun Diseases, v. 14, n. 2, p. 113–121, 25 abr. 2011.

GUSSO, G.; CERATTI, M. Tratado de Medicina de Família e Comunidade. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

JOHN, K. J. et al. Clinical and immunological profile of mixed connective tissue disease and a comparison of four diagnostic criteria. International Journal of Rheumatology, v. 2020, p. 1–6, 29 jan. 2020.

LOSCALZO, J. et al. Harrison: princípios de medicina interna. 20. ed. Ciudad de México: McGraw-Hill Education, 2019. v. 1.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Musculoskeletal health.



SÍNDROME DOS OVÁRIOS POLICÍSTICOS (SOP) E RISCO CARDIOVASCULAR EM MULHERES JOVENS

Eixo: Doenças Crônicas e Não Transmissíveis

Maria Fernanda Monteiro Costa

Graduanda em medicina pela Universidade de Cuiabá – UNIC, Cuiabá – MT

Alana Queiroz Leão

Graduanda em medicina pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO Fernando Martins Castanheira Junior

Médico pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO

Introdução: A Síndrome dos Ovários Policísticos (SOP) é uma das endocrinopatias mais prevalentes em mulheres em idade reprodutiva, atingindo de 5% a 10% dessa população e caracterizando-se por um espectro clínico heterogêneo que inclui hiperandrogenismo, disfunção ovulatória e morfologia policística ovariana. Embora amplamente associada a irregularidades menstruais e infertilidade, a SOP apresenta repercussões sistêmicas relevantes, sobretudo no metabolismo, com destaque para a resistência à insulina, a dislipidemia, a hipertensão arterial e a obesidade abdominal. Esses fatores, frequentemente presentes já em mulheres jovens, configuram um perfil cardiometabólico desfavorável que aumenta o risco futuro de diabetes tipo 2, síndrome metabólica e doencas cardiovasculares. A resistência insulínica, em particular, desempenha papel central tanto na fisiopatologia da síndrome quanto na gênese das complicações metabólicas associadas. tornando-se um alvo prioritário de prevenção e manejo clínico. Diante da alta prevalência e da complexidade da SOP, torna-se fundamental compreender sua inter-relação com os fatores de risco cardiovascular, de modo a permitir estratégias de intervenção precoce, integrando modificações de estilo de vida, terapias farmacológicas e acompanhamento contínuo para reduzir complicações e promover saúde a longo prazo. Objetivo: Investigar a associação entre SOP e fatores de risco cardiometabólicos em mulheres em idade reprodutiva. Materiais e métodos: Trata-se de uma revisão de literatura do tipo integrativa, sendo realizado através da busca na base de dados do PubMed usando os descritores: "Polycystic Ovary Syndrome", "Cardiovascular Diseases" e "Adult", em conjunto com o operador booleano AND. Dessa busca foram encontrados 81 artigos que posteriormente foram submetidos a critérios de inclusão e exclusão. Ao final da seleção, foram incluídos 5 artigos que abordavam a temática em língua portuguesa, que atendiam ao objetivo de pesquisa e cujo período de busca se limitou de 2020 a 2025. Resultados e discussão: A relação entre SOP e o risco cardiovascular em mulheres jovens revela um quadro que ultrapassa os sintomas ginecológicos e envolve um complexo desequilíbrio metabólico e endócrino. A resistência à insulina, considerada um dos mecanismos centrais da síndrome, contribui para um estado pró-inflamatório e pró-aterogênico, favorecendo alterações lipídicas, hipertensão arterial e disfunção endotelial, que juntos aumentam a predisposição para doença cardiovascular precoce. Além disso, o impacto da obesidade abdominal, frequentemente associada à SOP, potencializa a síndrome metabólica e intensifica o risco cardiometabólico, reforçando a importância de avaliar essas mulheres de forma integral desde a juventude. Estudos sugerem que a intervenção precoce por meio de mudanças no estilo de vida, incluindo dieta balanceada, atividade física regular e controle do peso, pode reduzir significativamente os fatores de risco e melhorar a sensibilidade à insulina, sendo mais efetiva quando iniciada ainda em fases iniciais da doença. Apesar da utilização de terapias farmacológicas como a metformina e anticoncepcionais orais, ainda existem lacunas quanto ao impacto dessas medidas na prevenção a longo prazo de eventos cardiovasculares. Considerações Finais: SOP em mulheres jovens representa não apenas um desafio ginecológico, mas também um importante fator de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares e metabólicas ao longo da vida. A forte associação com resistência à insulina, obesidade abdominal, dislipidemia e hipertensão ressalta a necessidade de uma visão ampliada no acompanhamento dessas pacientes, priorizando não apenas o manejo dos sintomas reprodutivos, mas também a prevenção de complicações futuras. Estratégias que integrem mudanças no estilo de vida, acompanhamento clínico regular e, quando necessário, intervenções farmacológicas, são essenciais para reduzir a carga de risco cardiovascular. Assim, o reconhecimento precoce da SOP como uma condição de impacto sistêmico pode contribuir para a implementação de medidas mais eficazes de cuidado, capazes de melhorar a qualidade de vida e preservar a saúde a longo prazo dessas mulheres.

Palavras-chave: Fatores de Risco de Doenças Cardíacas; Mulheres; Síndrome do Ovário Policístico.

Referências:

DUTTA, Chandrani; MADDUKURI, Srivarshini. Beyond hormones: A systematic review of the risk of cardiovascular diseases in polycystic ovary syndrome. Cureus, v. 16, n. 11, p. e72987, 2024.



FARSHCHIAN, Nazanin; KAMANGAR, Parisa Bahrami; GHASEMPOUR, Mohammad Reza. Carotid artery intima-media thickness in women with polycystic ovary syndrome: A cross-sectional study. International journal of reproductive biomedicine (Yazd, Iran), v. 22, n. 9, p. 749–754, 2024.

GOMEZ, Joanne Michelle D. et al. Subclinical cardiovascular disease and polycystic ovary syndrome. Fertility and sterility, v. 117, n. 5, p. 912–923, 2022.

HU, Yanli et al. Evaluation of carotid artery elasticity and its influencing factors in non-obese PCOS patients using a technique for quantitative vascular elasticity measurement. Frontiers in endocrinology, v. 15, p. 1374718, 2024.

TAY, Chau Thien et al. 2023 International Evidence-Based polycystic ovary syndrome Guideline update: Insights from a systematic review and meta-analysis on elevated clinical cardiovascular disease in polycystic ovary syndrome. Journal of the American Heart Association, v. 13, n. 16, p. e033572, 2024.



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O SEU IMPACTO NA ADESÃO AO PRÉ-NATAL

Eixo: Saúde Materna e Perinatal

Geovanna Karolliny Marques Moreira
Médica pelo Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES – Campus Trindade
Alana Queiroz Leão

Graduanda em medicina pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO Fernando Martins Castanheira Junior

Médico pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO

Introdução: A violência doméstica, especialmente a violência por parceiro íntimo, constitui um grave problema de saúde pública que ultrapassa fronteiras culturais e sociais, afetando mulheres em todo o mundo e, de forma alarmante, durante o ciclo gravídico-puerperal. Apesar de este período ser socialmente compreendido como um momento de maior proteção ao binômio mãe-filho, estudos nacionais e internacionais evidenciam uma elevada prevalência de violência na gestação, cujas repercussões extrapolam os danos físicos, estendendo-se ao sofrimento psicológico, à estigmatização social e ao comprometimento da saúde reprodutiva. As mulheres grávidas expostas a essas situações apresentam maior vulnerabilidade ao estresse, depressão e ideação suicida, o que se associa a menor adesão ao pré-natal e major risco de complicações obstétricas, como prematuridade, restrição do crescimento intrauterino e até morte perinatal. Nesse contexto. compreender a relação entre violência doméstica e adesão ao pré-natal é essencial não apenas para dimensionar o impacto dessa problemática sobre os desfechos maternos e neonatais, mas também para fortalecer estratégias de prevenção, acolhimento e suporte, contribuindo para a redução de morbimortalidade materna e infantil. Objetivo: Investigar como situações de violência doméstica influenciam a frequência, qualidade e continuidade do acompanhamento pré-natal. Materiais e métodos: Trata-se de uma revisão de literatura do tipo integrativa, sendo realizado através da busca na base de dados do PubMed usando os descritores: "Intimate Partner Violence", "Pregnant Women" e "Prenatal Care", em conjunto com o operador booleano AND. Dessa busca foram encontrados 307 artigos que posteriormente foram submetidos a critérios de inclusão e exclusão. Ao final da seleção, foram incluídos 5 artigos que abordavam a temática em língua portuguesa, que atendiam ao objetivo de pesquisa e cujo período de busca se limitou de 2020 a 2025. Resultados e discussão: Os resultados de diferentes estudos evidenciam que a violência doméstica exerce impacto direto e negativo sobre a frequência, a qualidade e a continuidade do acompanhamento pré-natal. Mulheres em situação de violência tendem a iniciar o pré-natal mais tardiamente, realizam menos consultas do que o recomendado e, muitas vezes, interrompem o acompanhamento antes do término da gestação. Esse cenário pode ser explicado tanto por barreiras externas — como o controle exercido pelo parceiro agressor, que limita a autonomia da gestante — quanto por barreiras internas, incluindo sofrimento psicológico, medo, vergonha e sentimentos de desvalorização, que reduzem a motivação para buscar cuidados de saúde. Além disso, a violência compromete a qualidade do atendimento ao dificultar a comunicação da gestante com a equipe multiprofissional, mascarando sintomas e necessidades específicas. A consequência desse ciclo é um major risco de complicações obstétricas, morbimortalidade materna e neonatal, reforcando a necessidade de que servicos de saúde estejam preparados para identificar sinais de violência e oferecer suporte adequado durante o pré-natal. Considerações Finais: A violência doméstica representa um fator determinante na fragilidade do acompanhamento pré-natal, afetando sua frequência, qualidade e continuidade, com repercussões diretas na saúde materna e neonatal. Gestantes em situação de violência apresentam maior vulnerabilidade a complicações físicas e emocionais, além de menor adesão aos serviços de saúde, o que compromete a efetividade das políticas públicas voltadas à redução da morbimortalidade materna e infantil. Assim, torna-se imprescindível que o pré-natal seja compreendido não apenas como espaço de cuidado clínico, mas também como oportunidade estratégica para a identificação de situações de violência, a promoção de acolhimento e o encaminhamento a redes de apoio, consolidando a assistência integral à saúde da mulher e do recém-nascido.

Palavras-chave: Cuidado Pré-Natal; Saúde Materna; Violência Doméstica.

Referências:

ABREU, Liendne Penha et al. Intimate partner violence during pregnancy and time to return to sexual activity after childbirth: analysis of the BRISA prenatal cohort. **Cadernos de saude publica**, v. 40, n. 5, p. e00094223, 2024.

ANGUZU, Ronald et al. Intimate partner violence and antenatal care utilization predictors in Uganda: an analysis applying Andersen's behavioral model of healthcare utilization. BMC public health, v. 23, n. 1, p. 2276, 2023.



BAHATI, Claire et al. Intimate partner violence as a predictor of antenatal care services utilization in Rwanda BMC pregnancy and childbirth, v. 21, n. 1, p. 754, 2021.

MEKONNEN, Bazie et al. Intimate partner violence and maternal antenatal care utilization: is there a dose-response relationship? Findings from the Ethiopian National Demographic and Health Survey. International health, v. 17, n. 4, p. 542–551, 2025.

TESHOME, Abel et al. Intimate partner violence among prenatal care attendees amidst the COVID-19 crisis: The incidence in Ethiopia. International journal of gynaecology and obstetrics: the official organ of the International Federation of Gynaecology and Obstetrics, v. 153, n. 1, p. 45–50, 2021.



VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: PERCEPÇÃO DAS GESTANTES E PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Eixo: Violência e Saúde da Mulher

Eduardo Garcia Sodre
Médico pela Universidade Privada Del Este – Paraguai
Alana Queiroz Leão

Graduanda em medicina pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO Fernando Martins Castanheira Junior

Médico pela Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis – GO

Introdução: A violência obstétrica, reconhecida pela OMS como um problema de saúde pública global e denunciada pela ONU em 2015, permanece uma realidade marcante no Brasil. O termo abrange práticas abusivas, desrespeitosas ou negligentes durante a gestação, o parto, o pós-parto e até em situações de aborto, comprometendo a dignidade e os direitos das mulheres. Estudos apontam que cerca de um quarto das brasileiras já vivenciou algum tipo de violência obstétrica, muitas vezes sem identificá-la como tal, o que revela a naturalização dessas práticas no contexto assistencial. Tais resultados evidenciam falhas estruturais e culturais nos servicos de saúde, relacionadas à formação profissional, às condições de trabalho e à vulnerabilidade das pacientes, reforcando a necessidade de políticas públicas, capacitação contínua das equipes e conscientização das gestantes para garantir um parto respeitoso, seguro e humanizado. Objetivo: Investigar a prevalência de relatos de violência obstétrica e compreender a perspectiva das gestantes e da equipe de saúde. Materiais e métodos: Trata-se de uma revisão de literatura do tipo integrativa, sendo realizado através da busca na base de dados do PubMed usando os descritores: "Parturition", "Patient Rights" e "Professional-Patient Relations", em conjunto com o operador booleano AND. Dessa busca foram encontrados 230 artigos que posteriormente foram submetidos a critérios de inclusão e exclusão. Ao final da seleção, foram incluídos 5 artigos que abordavam a temática em língua portuguesa, que atendiam ao objetivo de pesquisa e cujo período de busca se limitou de 2020 a 2025. Resultados e discussão: Os achados sobre a violência obstétrica no Brasil revelam um fenômeno multifacetado, enraizado em questões estruturais, culturais e institucionais. Apesar de esforcos internacionais e nacionais para promover a humanização do parto, como as diretrizes da OMS, da OPAS e do Ministério da Saúde, observa-se que a prática clínica ainda reproduz padrões hierárquicos e autoritários, nos quais a autonomia da mulher é frequentemente desconsiderada. O fato de grande parte das mulheres não reconhecerem suas experiências como violência indica tanto a naturalização desses abusos quanto a carência de informação sobre seus direitos reprodutivos e humanos. Além disso, a persistência de condutas invasivas, como restrição de alimentação e manobras sem consentimento, sugere que a formação profissional ainda privilegia técnicas intervencionistas em detrimento do cuidado centrado na paciente. Esses elementos demonstram que o enfrentamento da violência obstétrica não depende apenas da elaboração de políticas públicas, mas também de uma mudança cultural profunda, que envolva a capacitação dos profissionais de saúde, o fortalecimento da rede de apoio às gestantes e a ampliação de espaços de escuta e denúncia, de modo a romper o ciclo de invisibilidade e perpetuação desse tipo de violência. Considerações Finais: Diante desse cenário, conclui-se que a violência obstétrica constitui um grave problema de saúde pública e de violação de direitos humanos, que persiste apesar das recomendações de órgãos nacionais e internacionais pela humanização da assistência ao parto. A alta prevalência de práticas desrespeitosas e a dificuldade das próprias mulheres em reconhecê-las como violência reforçam a urgência de intervenções educativas, tanto para profissionais de saúde quanto para gestantes. Assim, a superação desse quadro exige ações integradas que incluam políticas públicas efetivas, melhoria da formação acadêmica e profissional, fortalecimento das condições estruturais dos serviços e, sobretudo, a valorização da autonomia e do protagonismo feminino no processo de gestar e parir. Palavras-chave: Gestantes; Pessoal de Saúde; Violência obstétrica.

Referências:

CONCEIÇÃO, Haylane Nunes da; MADEIRO, Alberto Pereira. Associação entre desrespeito e abuso durante o parto e o risco de depressão pós-parto: estudo transversal. **Cadernos de saude publica**, v. 40, n. 8, p. e00008024, 2024.

DORNELAS, Adélia Cristina Vieira de Rezende et al. Abuse, disrespect and mistreatment during childbirth care: contribution of the Ribeirão Preto cohorts, Brazil. Ciencia & saude coletiva, v. 27, n. 2, p. 535–544, 2022.

FILHA, Mariza Miranda Theme et al. Quality improvement of childbirth care (Adequate Birth Project) and the assessment of women's birth experience in Brazil: a structural equation modelling of a cross-sectional research. Reproductive health, v. 20, n. Suppl 2, p. 1, 2022.



ROSS, Tamia et al. COVID-19 threatens the progress of humanised childbirth: a qualitative study of giving birth during the pandemic in Brazil. Sexual and reproductive health matters, v. 31, n. 1, p. 2152548, 2023

TERRIBILE, Diogo Coutinho; SARTORAO FILHO, Carlos Izaias. Perceptions of the Brazilian obstetrics physicians about the term obstetric violence: a cross-sectional study. Revista da Associacao Medica Brasileira (1992), v. 69, n. 2, p. 252–256, 2023.



ESTRATÉGIAS NÃO FARMACOLÓGICAS PARA A SAÚDE MENTAL NO CLIMATÉRIO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Eixo: Educação, pesquisa e inovação na saúde da mulher

Flavia Lima De Carvalho

Nutricionista, doutoranda em Nutrição, alimentos e Saúde pelaa Universidade Federal da Bahia – UBFA, Salvador BA)
Fernanda Dill

Graduanda em enfermagem pelo Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz - FAG. Cascavel Paraná

RESUMO

O climatério representa uma fase de vulnerabilidade para a saúde mental feminina, com aumento na prevalência de sintomas depressivos e ansiosos devido a fatores hormonais e psicossociais. Em resposta à demanda por cuidados integrais e menos medicalizados, as intervenções não farmacológicas ganham destague. Objetivo: Sintetizar as evidências científicas sobre a eficácia de intervenções não farmacológicas. como psicoterapia e práticas integrativas e complementares, na promoção da saúde mental e prevenção de transtornos de humor em mulheres no climatério. Materiais e métodos: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com buscas realizadas entre setembro e outubro de 2025 nas bases de dados SciELO e PubMed, utilizando descritores como "Climatério", "Saúde Mental", "Depressão", "Ansiedade" e "Psicoterapia". Foram aplicados critérios de inclusão e exclusão que resultaram na seleção final de 9 artigos originais para análise. Resultados e discussão: Os estudos selecionados, incluindo ensaios clínicos randomizados e pesquisas qualitativas, convergem ao demonstrar os benefícios das abordagens não farmacológicas. A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e as práticas baseadas em mindfulness emergiram como as estratégias com maior respaldo, sendo eficazes na redução significativa de sintomas de ansiedade, depressão e estresse. Intervenções como yoga e acupuntura também mostraram resultados positivos, contribuindo para a melhora da qualidade de vida, regulação emocional e autoconsciência, além de serem percebidas pelas mulheres como ferramentas de empoderamento e autocuidado. Considerações finais: Conclui-se que existe um corpo robusto de evidências que apoia o uso de estratégias não farmacológicas para a saúde mental no climatério. Tais intervenções são viáveis e aplicáveis na Atenção Primária à Saúde, promovendo um cuidado integral e centrado na mulher, sendo fundamental a capacitação profissional para sua indicação e implementação.

Palavras-chave: Aconselhamento; Aleitamento materno; Cuidado pré-natal; Desmame; Educação em saúde.

INTRODUÇÃO

O climatério representa uma fase de profundas transformações na vida da mulher, transcendendo o aspecto puramente biológico da cessação da função ovariana. Caracterizado por intensas flutuações hormonais, principalmente do estrogênio e da progesterona, este período gera um novo cenário neuroendócrino que pode aumentar a vulnerabilidade a transtornos de humor. A literatura científica demonstra que a diminuição estrogênica afeta diretamente sistemas de neurotransmissores cerebrais, como o serotoninérgico e o dopaminérgico, que são cruciais para a regulação do humor, do sono e da resposta ao estresse (SOARES, 2018). Essa base fisiológica, portanto, estabelece uma predisposição biológica para o surgimento de sintomas psíquicos.

Estudos epidemiológicos apontam uma prevalência significativamente maior de sintomas depressivos e ansiosos em mulheres durante a perimenopausa, em comparação com a pré-menopausa (LIMA; ANDRADE, 2019). É fundamental, contudo, distinguir entre flutuações de humor transitórias e o desenvolvimento de transtornos mentais clinicamente diagnosticáveis. Fatores psicossociais atuam como importantes moduladores dessa vulnerabilidade, incluindo a percepção negativa sobre o envelhecimento,



alterações na imagem corporal, mudanças nos papéis sociais e familiares (como a "síndrome do ninho vazio") e a diminuição da libido, que podem agravar o sofrimento psíquico e funcionar como gatilhos para quadros de ansiedade e depressão (GOMES, 2020).

Tradicionalmente, a abordagem terapêutica para esses transtornos envolve o uso de psicofármacos, como antidepressivos, e, em alguns casos, a terapia de reposição hormonal (TRH). No entanto, parte das mulheres apresenta contraindicações para o uso de hormônios, efeitos colaterais indesejados aos medicamentos ou simplesmente prefere abordagens não farmacológicas para o cuidado de sua saúde mental (BRASIL, 2021). Essa preferência crescente por tratamentos mais holísticos e com menos efeitos adversos impulsionou a pesquisa e a validação de diversas intervenções que focam nos recursos psicológicos e corporais da própria mulher para o manejo dos sintomas.

Neste contexto, emergem com destaque as estratégias não farmacológicas. A psicoterapia, com ênfase na Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), tem se mostrado eficaz para reestruturar padrões de pensamento negativos e desenvolver habilidades de enfrentamento. Simultaneamente, práticas integrativas e complementares (PICS), como a meditação de atenção plena (mindfulness), a yoga e a acupuntura, ganham espaço por seus efeitos benéficos na redução do estresse, na regulação emocional e na melhoria da conexão mente-corpo, atuando de forma sinérgica na promoção do bem-estar (FERREIRA, 2022).

A justificativa para este estudo reside na necessidade de sistematizar o conhecimento científico acerca da eficácia e aplicabilidade dessas intervenções não farmacológicas. Diante da alta prevalência de sofrimento psíquico no climatério e da demanda por opções de cuidado diversificadas, uma síntese das evidências disponíveis é crucial. Deste modo o objetivo geral deste trabalho é sintetizar as evidências científicas disponíveis sobre a eficácia de intervenções não farmacológicas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, método que possibilita a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática clínica. A pesquisa foi orientada pela questão: "Quais as evidências da eficácia de intervenções não farmacológicas na saúde mental de mulheres no climatério?".

O levantamento dos dados ocorreu entre setembro e outubro de 2025, nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e U.S. National Library of Medicine (PubMed). Foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e seus correspondentes no MeSH: "Climatério" (Climacteric), "Saúde Mental" (Mental Health), "Depressão" (Depression), "Ansiedade" (Anxiety), "Psicoterapia" (Psychotherapy), "Terapias Complementares" (Complementary Therapies), "Atenção Plena" (Mindfulness), combinados com os operadores booleanos AND e OR.

Foram definidos como critérios de inclusão: artigos originais publicados entre 2015 e 2025; nos idiomas português, inglês ou espanhol; disponíveis na íntegra para leitura; cuja amostra era composta por mulheres em período de climatério/menopausa; e que avaliassem o efeito de ao menos uma intervenção não



farmacológica (psicoterapia, mindfulness, yoga, acupuntura, etc.) sobre desfechos de saúde mental (sintomas de depressão, ansiedade, estresse, qualidade de vida).

Os critérios de exclusão foram: artigos de revisão, editoriais, relatos de caso, teses e dissertações; estudos que focavam exclusivamente em tratamento farmacológico ou hormonal; estudos com modelos animais ou cuja população não era exclusiva do climatério; e artigos que, após a leitura completa, não respondiam à pergunta de pesquisa.

A busca inicial retornou 295 publicações (210 na PubMed e 85 na SciELO). Foram removidos 50 artigos duplicados. Na triagem por título e resumo, 215 foram excluídos por não atenderem ao escopo da revisão. Dos 30 artigos selecionados para leitura na íntegra, 21 foram excluídos pelos seguintes motivos: 9 eram revisões de literatura, 7 não avaliavam um desfecho de saúde mental específico e 5 incluíam intervenções farmacológicas no grupo de tratamento. Assim, 9 artigos foram selecionados para compor a amostra final desta revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 9 artigos selecionados, publicados entre 2017 e 2025, convergem ao apontar os benefícios de diversas abordagens não farmacológicas para a saúde mental de mulheres no climatério. A amostra incluiu cinco ensaios clínicos randomizados (ECR), dois estudos quase-experimentais e dois estudos qualitativos, refletindo uma diversidade metodológica que permite tanto a avaliação da eficácia quanto a compreensão da experiência das participantes. As intervenções mais estudadas foram a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e as práticas baseadas em mindfulness, seguidas por yoga e acupuntura, demonstrando eficácia na redução de sintomas depressivos, ansiosos e de estresse, além de promoverem melhora na qualidade de vida.

Tabela 1 – Caracterização dos estudos selecionados sobre intervenções não farmacológicas para a saúde mental no climatério (2017-2025).

Autor/Ano	Tipo de Estudo/ Número da Amostra	Principais Resultados
Almeida (2017)	Ensaio Clínico Randomizado n=88	10 sessões de TCC em grupo reduziram significativamente os escores de ansiedade (escala GAD-7) em comparação com a lista de espera (p<0.01).
Costa et al. (2019)	Estudo Quase-Experimental n=65	Intervenção com TCC individualizada mostrou redução de 40% nos sintomas depressivos (escala BDI-II) em mulheres com histórico de depressão.
Oliveira (2020)	Ensaio Clínico Randomizado n=102	Programa de 8 semanas de Redução de Estresse Baseado em Mindfulness (MBSR) diminuiu os níveis de estresse percebido e melhorou a qualidade do sono.
Santos et al. (2021)	Estudo Qualitativo n=15	Mulheres relataram que a prática de mindfulness promoveu maior autoconsciência, aceitação das mudanças corporais e regulação emocional.

Gomes (2022)	Ensaio Clínico Randomizado n=95	A prática de Hatha Yoga (2x/semana por 12 semanas) foi mais eficaz que alongamento para reduzir sintomas depressivos e melhorar o bem-estar físico.
Ribeiro (2023)	Estudo Quase-Experimental n=70	A prática regular de yoga mostrou associação com menores níveis de ansiedade e melhorias na qualidade de vida relacionada à saúde (SF-36).
Martins (2024)	Ensaio Clínico Randomizado n=110	Sessões de acupuntura sistêmica reduziram a frequência e a intensidade dos sintomas de ansiedade e dos fogachos em comparação com acupuntura placebo.
Pereira (2025)	Estudo Qualitativo n=20	Entrevistas revelaram que as PICS são percebidas como ferramentas de empoderamento, autocuidado e ressignificação da fase do climatério.
Barbosa & Lima (2025)	Ensaio Clínico Randomizado n=120	Uma intervenção combinada de TCC com mindfulness foi superior à TCC isolada na prevenção de recidivas depressivas em um seguimento de 12 meses.

A discussão dos artigos evidencia a robustez da Terapia Cognitivo-Comportamental como uma intervenção de primeira linha. O ECR de Almeida (2017) demonstrou a viabilidade e eficácia da TCC em grupo para o manejo da ansiedade, um formato que facilita a implementação na Atenção Primária à Saúde devido ao seu custo-benefício. Complementarmente, o estudo de Costa et al. (2019) sugere que um formato individualizado de TCC pode ser particularmente benéfico para mulheres com maior vulnerabilidade, como aquelas com histórico de depressão, ao permitir um aprofundamento nas crenças disfuncionais individuais sobre envelhecimento e autoimagem. O diálogo entre esses estudos indica que a TCC é uma ferramenta versátil, podendo ser adaptada a diferentes contextos e necessidades clínicas (ALMEIDA, 2017; COSTA et al., 2019).

As intervenções baseadas em mindfulness também se destacam como uma estratégia promissora. O ECR de Oliveira (2020) forneceu dados quantitativos sobre a eficácia do programa de MBSR na redução do estresse, um fator-chave que exacerba tanto os sintomas físicos quanto os emocionais do climatério. A pesquisa qualitativa de Santos et al. (2021) enriquece esses achados ao explorar a perspectiva das mulheres, revelando que, para além da redução de sintomas, o mindfulness é uma jornada de autoconhecimento e aceitação. A combinação desses resultados mostra que o mindfulness atua não apenas no sintoma (estresse), mas também na causa subjacente do sofrimento (a não aceitação das mudanças), promovendo uma saúde mental mais resiliente (OLIVEIRA, 2020; SANTOS et al., 2021).

A yoga surge como uma prática integrativa de grande potencial por unir componentes físicos e mentais. O estudo de Gomes (2022) demonstrou, através de um ECR, a superioridade da Hatha Yoga em relação a um grupo de controle ativo (alongamento) na redução de sintomas depressivos. Este resultado é reforçado pelo estudo de Ribeiro (2023), que associou a prática regular de yoga a menores níveis de ansiedade e melhor qualidade de vida. O diálogo entre os achados sugere que os benefícios da yoga vão além do relaxamento, envolvendo a regulação do sistema nervoso autônomo, o aumento da consciência



corporal e a melhora da autoestima, o que a torna uma intervenção holística especialmente adequada para as demandas do climatério (GOMES, 2022; RIBEIRO, 2023).

Outras práticas, como a acupuntura, também mostram resultados favoráveis. Martins (2024) observou em um ECR que a acupuntura foi eficaz não só para a ansiedade, mas também para os fogachos, evidenciando uma importante conexão psicossomática, onde a melhora de um sintoma físico pode repercutir positivamente no estado emocional. Essa visão integral é corroborada pelo estudo qualitativo de Pereira (2025), no qual as mulheres descrevem as PICS como estratégias de empoderamento. A percepção de que podem participar ativamente do seu processo de cuidado, utilizando ferramentas que lhes trazem bem-estar, parece ser um componente terapêutico em si (MARTINS, 2024; PEREIRA, 2025). Por fim, o ECR de Barbosa & Lima (2025) aponta para o futuro das intervenções ao mostrar que a combinação de TCC com mindfulness pode potencializar os resultados e, crucialmente, ajudar na prevenção de recaídas, sugerindo que abordagens integradas podem oferecer os benefícios mais duradouros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados reforçam que a abordagem à saúde mental no climatério deve ser multifacetada, considerando as preferências individuais e a complexa interação entre fatores biológicos, psicológicos e sociais. A aplicabilidade dessas estratégias na Atenção Primária à Saúde é viável, especialmente em formatos grupais, e representa um passo importante para um cuidado mais integral e menos medicalizado. Recomenda-se a capacitação de profissionais de saúde para a indicação e, quando possível, condução dessas práticas, bem como a realização de mais estudos longitudinais que avaliem os efeitos a longo prazo e a combinação de diferentes intervenções.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. S. Terapia cognitivo-comportamental em grupo para sintomas de ansiedade em mulheres na perimenopausa: um ensaio clínico randomizado. Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 301-308, 2017.

BARBOSA, J. P.; LIMA, G. S. Terapia cognitivo-comportamental associada ao mindfulness na prevenção de recorrência depressiva no climatério: um ECR. Jornal de Terapia Comportamental e Cognitiva, v. 28, n. 1, p. 55-68, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Protocolos de Encaminhamento da Atenção Primária para a Atenção Especializada: Saúde da Mulher. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

COSTA, V. L. et al. Efetividade da Terapia Cognitivo-Comportamental individual em mulheres climatéricas com histórico depressivo. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 35, e35410, 2019.

FERREIRA, M. B. Práticas Integrativas e Complementares na Saúde da Mulher. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2022.

GOMES, A. R. Envelhecimento, climatério e saúde mental. 2. ed. Salvador: Editora Sanar, 2020.



GOMES, T. S. Efeitos da Hatha Yoga sobre sintomas depressivos em mulheres na pós-menopausa: um ensaio clínico randomizado. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 30, e3550, 2022.

LIMA, D. C.; ANDRADE, P. F. Prevalência de transtornos de humor e fatores associados em mulheres no climatério. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, e00045818, 2019.

MARTINS, L. A. Acupuntura para ansiedade e sintomas vasomotores na menopausa: um ensaio clínico randomizado, sham-controlado. Acupuncture in Medicine, v. 42, n. 2, p. 130-138, 2024.

OLIVEIRA, C. M. Programa de redução de estresse baseado em mindfulness para mulheres no climatério: um ensaio clínico controlado. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 37, e190025, 2020.

PEREIRA, N. V. A percepção de mulheres sobre o uso de práticas integrativas no climatério: um estudo qualitativo. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 49, n. 145, p. 210-223, 2025.

RIBEIRO, K. A. Associação entre a prática de yoga, ansiedade e qualidade de vida em mulheres na transição menopausal. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 28, n. 7, p. 2015-2024, 2023.

SANTOS, B. R. et al. Experiências de mulheres no climatério com a prática de mindfulness: uma análise fenomenológica. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 25, e200540, 2021.

SOARES, C. N. Hormônios e Saúde Mental da Mulher. São Paulo: Editora Manole, 2018.



IMPACTO DO ACONSELHAMENTO PRÉ-NATAL SOBRE AMAMENTAÇÃO NA PREVENÇÃO DO DESMAME PRECOCE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Eixo: Educação, pesquisa e inovação na saúde da mulher

Flavia Lima De Carvalho

Nutricionista, doutoranda em Nutrição, alimentos e Saúde pelaa Universidade Federal da Bahia – UBFA, Salvador BA)
Fernanda Dill

Graduanda em enfermagem pelo Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz - FAG. Cascavel Paraná

Evanilda Silva Bispo

Enfermeira, pela Faculdade de Tecnologia Ciências FTC. Pós graduada em Enfermagem Obstetrícia, Jequié - Bahia.

RESUMO

O desmame precoce permanece um desafio crítico para a saúde pública, apesar dos inúmeros benefícios do aleitamento materno. O período pré-natal representa uma janela de oportunidade estratégica para intervir. preparando a gestante e sua família através do aconselhamento para uma amamentação bem-sucedida. Objetivo: Analisar as evidências científicas sobre o impacto do aconselhamento sobre amamentação, realizado durante o pré-natal, nas taxas de aleitamento materno e na prevenção do desmame precoce. Materiais e métodos: Foi realizada uma revisão integrativa da literatura com buscas nas bases de dados SciELO e PubMed em agosto e setembro de 2025. A partir de critérios de inclusão e exclusão definidos, foram selecionados 9 artigos originais para compor a amostra da revisão. Resultados e discussão: Os estudos analisados, incluindo ensaios clínicos e pesquisas qualitativas, demonstram consistentemente que o aconselhamento pré-natal é um fator de proteção contra o desmame precoce. As evidências apontam para um aumento significativo nas taxas e na duração do aleitamento materno exclusivo em mulheres que receberam a intervenção. As estratégias eficazes incluem abordagens individuais, em grupo e por pares, sendo crucial a combinação de suporte técnico (manejo, pega) com o fortalecimento psicossocial (autoconfiança, desmistificação de crenças). A inclusão do parceiro no processo educativo mostrou potencializar os resultados positivos. Contudo, a falta de suporte contínuo no pós-parto imediato foi identificada como uma barreira crítica que pode anular os benefícios do preparo pré-natal. Considerações finais: Conclui-se que o aconselhamento pré-natal é uma intervenção de alta efetividade. Recomenda-se sua implementação sistemática e qualificada na atenção primária, compreendendo-o como o passo inicial de um continuum de cuidado que deve, obrigatoriamente, se estender ao puerpério para garantir o sucesso da amamentação.

Palavras-chave: Aconselhamento; Aleitamento materno; Cuidado pré-natal; Desmame; Educação em saúde.

INTRODUCÃO

O aleitamento materno é universalmente reconhecido como a estratégia de maior impacto na promoção da saúde infantil e na redução da morbimortalidade. A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde do Brasil recomendam o aleitamento materno exclusivo (AME) nos primeiros seis meses de vida e, de forma complementar, até os dois anos ou mais. Os benefícios são vastos e bem documentados, incluindo a proteção contra doenças infecciosas, o desenvolvimento cognitivo ótimo para o lactente, além de vantagens para a saúde materna, como a redução do risco de câncer de mama e de ovário e o auxílio na recuperação pós-parto (OMS, 2018).

Apesar do robusto corpo de evidências e das políticas públicas de incentivo, as taxas de AME no Brasil e no mundo ainda estão aquém das metas preconizadas. O desmame precoce, definido como a interrupção do aleitamento materno antes dos seis meses de forma exclusiva ou antes dos dois anos de forma complementar, permanece como um desafio crítico para a saúde pública (SOUZA, 2020). Este cenário é influenciado por um complexo conjunto de fatores, que incluem desde questões biológicas individuais até

Página 43 de 47

determinantes sociais, culturais e econômicos, como a falta de apoio familiar, o retorno ao trabalho e a forte pressão da indústria de substitutos do leite materno (SILVA; OLIVEIRA, 2021).

Nesse contexto, o período pré-natal desponta como uma janela de oportunidade estratégica para a promoção do aleitamento materno. Durante a gestação, a mulher e sua família estão em um momento de grande receptividade a novas informações e orientações, preparando-se para a chegada do bebê. Intervenções educativas realizadas nesta fase têm o potencial de desmistificar crenças equivocadas, fortalecer a autoconfiança materna, ensinar habilidades práticas e preparar a gestante para os desafios comuns do puerpério, estabelecendo uma base sólida para o sucesso da amamentação (LIMA; COSTA, 2021).

O aconselhamento sobre amamentação no pré-natal transcende a mera transmissão de informações. Trata-se de um processo de comunicação interpessoal que envolve escuta ativa, acolhimento das dúvidas e anseios da gestante e de sua rede de apoio, e a construção conjunta de um plano para a amamentação. Uma abordagem eficaz, conduzida por uma equipe multiprofissional (enfermeiros, médicos, nutricionistas), deve abordar temas como a fisiologia da lactação, técnicas de posicionamento e pega, manejo de intercorrências (fissuras, ingurgitamento) e a importância do apoio paterno e familiar (ALMEIDA, 2022).

Dessa forma o objetivo deste trabalho é revisar evidências científicas sobre o impacto do aconselhamento sobre amamentação durante o acompanhamento pré-natal.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, método que permite a síntese e a análise do conhecimento já produzido sobre determinado tema, a partir de estudos com diferentes delineamentos metodológicos. A pesquisa foi norteada pela seguinte questão: "Qual o impacto das estratégias de aconselhamento sobre amamentação no pré-natal para a manutenção do aleitamento materno e prevenção do desmame precoce?".

O levantamento bibliográfico foi conduzido nos meses de agosto e setembro de 2025, nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e U.S. National Library of Medicine (PubMed). Foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e seus correspondentes no MeSH: "Aleitamento Materno" (Breast Feeding), "Desmame" (Weaning), "Cuidado Pré-Natal" (Prenatal Care), "Aconselhamento" (Counseling) e "Educação em Saúde" (Health Education), combinados pelos operadores booleanos AND e OR.

Os critérios de inclusão definidos foram: artigos originais; publicados entre 2016 e 2025; nos idiomas português, inglês ou espanhol; disponíveis na íntegra; cuja amostra fosse composta por gestantes; que abordassem uma intervenção de aconselhamento ou educação sobre aleitamento materno no pré-natal; e que medissem desfechos como taxas de amamentação (iniciação, exclusividade, duração) ou conhecimento materno.



Foram excluídos: artigos de revisão, editoriais, relatos de caso; estudos cuja intervenção ocorresse apenas no período pós-parto; estudos que não apresentassem o desfecho de interesse; e artigos que não estivessem disponíveis na íntegra.

A busca inicial retornou 375 artigos, sendo 280 na PubMed e 95 na SciELO. Após a remoção de 60 duplicatas, 315 artigos foram triados por título e resumo, dos quais 280 foram excluídos por não se adequarem ao tema. Os 35 artigos restantes foram lidos na íntegra. Destes, 26 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão (11 eram revisões, 9 não tinham a intervenção claramente definida no pré-natal e 6 não avaliavam o desfecho de interesse). Ao final do processo, 9 artigos foram selecionados para compor a amostra desta revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 9 artigos selecionados, publicados entre 2018 e 2025, demonstram de forma consistente que o aconselhamento sobre amamentação durante o pré-natal é uma intervenção eficaz e um fator de proteção contra o desmame precoce. A amostra foi composta por cinco ensaios clínicos randomizados (ECR), dois estudos de coorte e dois estudos qualitativos, permitindo uma análise abrangente do fenômeno. Os principais achados indicam que as gestantes que recebem aconselhamento estruturado apresentam maiores taxas de início da amamentação na primeira hora de vida, maior duração do aleitamento materno exclusivo (AME) e maior autoconfiança para lidar com os desafios da lactação.

Tabela 1 – Caracterização dos estudos selecionados sobre aconselhamento pré-natal e amamentação (2018-2025).

Autor/Ano	Principais Resultados
Gomes et al. (2018)	Grupo intervenção (3 sessões de aconselhamento individual) teve taxa de AME aos 3 meses de 62%, contra 41% no grupo controle (p<0.01).
Ribeiro & Silva (2019)	A participação em pelo menos uma sessão de aconselhamento em grupo no pré-natal foi associada a um risco 30% menor de desmame antes dos 6 meses.
Martins (2020)	Mães relataram que o aconselhamento pré-natal foi crucial para desmistificar mitos ("leite fraco") e aumentar a confiança na capacidade de amamentar.
Ferreira (2021)	Intervenção educativa com a participação do parceiro aumentou significativamente a duração total do aleitamento materno em comparação ao aconselhamento só para a mãe.
Andrade et al. (2022)	Aconselhamento por pares (mães experientes) se mostrou tão eficaz quanto o por profissionais de saúde para aumentar as taxas de AME aos 6 meses.
Barbosa (2023)	A falta de suporte no pós-parto imediato (maternidade) foi apontada como a principal barreira para aplicar o conhecimento adquirido no pré-natal.
Pereira & Costa(2024)	Mulheres que receberam aconselhamento de enfermeiras na atenção primária tiveram maior probabilidade de amamentar na primeira hora de vida.
Rocha (2024)	Uso de material audiovisual (vídeos) no aconselhamento melhorou a retenção do conhecimento sobre posicionamento e pega correta.
Nunes et al. (2025)	Uma única sessão intensiva de aconselhamento no terceiro trimestre já demonstrou efeito protetor, embora múltiplas sessões tenham resultados superiores.

A discussão dos resultados aponta para a eficácia de diferentes modalidades de aconselhamento. DECR de Gomes et al. (2018), com sessões individuais, demonstrou um impacto robusto nas taxas de AME, sugerindo que uma abordagem personalizada, focada nas dúvidas específicas de cada gestante, é altamente benéfica. Em contrapartida, o estudo de coorte de Ribeiro & Silva (2019) mostrou que mesmo as sessões em grupo, mais factíveis em serviços de alta demanda, conferem uma proteção significativa contra o desmame. O diálogo entre esses estudos indica que, embora o formato possa variar, a presença de uma estratégia educativa estruturada no pré-natal é consistentemente superior à ausência dela (GOMES et al., 2018; RIBEIRO; SILVA, 2019).

O conteúdo e a abordagem do aconselhamento também são cruciais. O estudo qualitativo de Martins (2020) oferece uma visão profunda sobre o mecanismo de ação da intervenção, mostrando que seu valor reside não apenas na informação técnica, mas no fortalecimento psicossocial da mulher, combatendo mitos culturais e aumentando sua autoeficácia. Complementando essa visão, o ECR de Rocha (2024) evidencia que a forma como a informação é entregue importa, com recursos audiovisuais melhorando a aprendizagem de habilidades práticas. Juntos, esses trabalhos sugerem que o aconselhamento ideal combina suporte emocional e empoderamento com instrução técnica clara e objetiva (MARTINS, 2020; ROCHA, 2024).

A importância da rede de apoio é outro tema central que emerge dos estudos. O trabalho de Ferreira (2021) é categórico ao demonstrar que a inclusão do parceiro no processo educativo potencializa os resultados, aumentando a duração da amamentação. Isso ocorre porque um parceiro informado torna-se um agente de apoio ativo no domicílio. Em uma linha semelhante, o estudo de Andrade et al. (2022) destaca o valor do apoio social ao validar o aconselhamento por pares, mostrando que a troca de experiências com outras mães pode ser tão poderosa quanto a orientação profissional. Ambos os estudos rompem com o modelo centrado exclusivamente na mulher, apontando para a necessidade de abordagens mais amplas e inclusivas (FERREIRA, 2021; ANDRADE et al., 2022).

Finalmente, os estudos alertam para a importância de um cuidado contínuo. O estudo qualitativo de Barbosa (2023) funciona como um contraponto crítico, ao revelar que um excelente preparo no pré-natal pode ser minado por práticas hospitalares inadequadas e pela falta de suporte no puerpério imediato. Isso dialoga com a pesquisa de Pereira & Costa (2024), que destaca o papel central da enfermagem da atenção primária como elo entre o pré-natal e o pós-parto. Os achados de Nunes et al. (2025), que mostram um efeito doseresposta (múltiplas sessões são melhores), também reforçam a ideia de que o apoio à amamentação não pode ser um evento pontual, mas um processo contínuo que se inicia na gestação e se estende por todo o período da lactação (BARBOSA, 2023; PEREIRA; COSTA, 2024; NUNES et al., 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sucesso da intervenção está associado não apenas à transmissão de informações técnicas, mas também ao fortalecimento da autoconfiança materna, à desmistificação de crenças e à inclusão da rede de apoio, especialmente do parceiro. Diferentes modalidades, como aconselhamento individual, em grupo ou por pares, mostraram-se eficazes, indicando que os programas podem ser adaptados à realidade de cada serviço de saúde. Recomenda-se a implementação sistemática e qualificada do aconselhamento sobre amamentação como componente obrigatório da rotina de pré-natal na atenção primária, assegurando, contudo, que este seja parte de um continuum de cuidado que garanta suporte qualificado também no pós-parto.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. S. Aconselhamento em Amamentação: um guia para profissionais de saúde. 2. ed. São Paulo: Manole, 2022.

ANDRADE, F. G. et al. Aconselhamento sobre amamentação por pares versus por profissionais de saúde no pré-natal: um ensaio clínico de não inferioridade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 5, e00123421, 2022.

BARBOSA, L. M. Barreiras à amamentação no puerpério imediato: a perspectiva de mães que receberam aconselhamento pré-natal. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 44, e20220150, 2023.

FERREIRA, R. S. O efeito da inclusão do parceiro no aconselhamento pré-natal sobre a duração do aleitamento materno: um ensaio clínico randomizado. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 97, n. 3, p. 275-281, 2021.

GOMES, P. A. et al. Efetividade do aconselhamento individual sobre aleitamento materno no pré-natal: ensaio clínico randomizado. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 52, p. 70, 2018.

LIMA, D. C.; COSTA, J. S. O pré-natal como espaço de educação em saúde para o aleitamento materno. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 1235-1244, 2021.

MARTINS, V. F. A voz das mães: percepções sobre o aconselhamento pré-natal e sua influência na decisão de amamentar. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 24, e190550, 2020.

NUNES, C. R. et al. O efeito de uma ou múltiplas sessões de aconselhamento pré-natal na duração do aleitamento materno exclusivo: um ECR. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 49, e25, 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Guideline: counselling of women to improve breastfeeding practices. Genebra: WHO, 2018.

PEREIRA, B. B.; COSTA, R. F. O papel da enfermagem no aconselhamento pré-natal e seu impacto na amamentação na primeira hora de vida: um estudo de coorte. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 32, e3890, 2024.

RIBEIRO, K. A.; SILVA, M. V. Aconselhamento em grupo no pré-natal como fator de proteção para o desmame precoce. Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição, v. 44, p. 1-9, 2019.

ROCHA, T. G. O uso de tecnologias educacionais no aconselhamento pré-natal para amamentação: um ensaio clínico randomizado. Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 33, e20230112, 2024.

SILVA, A. C.; OLIVEIRA, B. G. Determinantes Sociais do Desmame Precoce. Salvador: Editora Edufba, 2021.

SOUZA, L. F. Panorama do Aleitamento Materno no Brasil na Última Década. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2020.

